



Universidade Federal de Mato Grosso
Campus Universitário de Rondonópolis – CUR
Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS
Ciências Econômicas - CE



CARTA DE CONJUNTURA ECONÔMICA RONDONÓPOLIS – MT 2017/02

Equipe de Pesquisa:

Prof. Dr. Luís Otávio Bau Macedo – Coordenador
Guilherme Damasceno da Silva – Bolsista PIBIC
Larissa Mayara Moura da Silva – Bolsista PIBIC

Outubro/2017



SUMÁRIO

1. CONJUNTURA ECONÔMICA NACIONAL	6
1.1. Política Monetária	6
1.1.1. Agregados Monetários	6
1.1.2. Taxas de Juros.....	7
1.1.3. Inadimplência.....	8
1.2. Política Fiscal	8
1.2.1. Receitas Federais	8
1.2.2. Resultado Primário	9
1.2.3. Resultado Nominal	10
1.2.4. Dívida Mobiliária Federal.....	10
1.2.5. Dívida Líquida do Setor Público.....	11
1.3. Preços.....	11
1.4. Setor Externo.....	12
1.4.1. Balanço de Pagamentos	12
1.4.2. Necessidade de Financiamento Externo.....	14
1.4.3. Taxas de Câmbio	15
1.5. Atividade Econômica	16
1.5.1. Produto Interno Bruto	16
1.5.2. Índice de Atividade Econômica do Banco Central – IBC- BR	17
2. MERCADO DE TRABALHO	19
2.1. Taxa de Desocupação.....	19
2.2. Rendimento Médio	20
2.3. Massa de Rendimento	22
3. CONJUNTURA ECONÔMICA DO ESTADO DE MATO GROSSO.....	23
3.1. Evolução da Produção Agrícola de Mato Grosso de Lavouras Seleccionadas no Período de 2000 a 2017 e o Desempenho Microrregional	23
3.1.1. Soja	23
3.1.2. Milho.....	26
3.1.3. Algodão.....	29
3.1.4. Boi.....	32
3.2. Setor Externo.....	32
3.2.1. Balança Comercial.....	32
3.2.2. Exportações por Fator Agregado	33
3.2.3. Importações por Fator Agregado	34
3.2.4. Principais Países de Destino	34
3.2.5. Principais Produtos Exportados	35
3.2.6. Principais Produtos Importados	36
4. CONJUNTURA ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS	37



4.1.	Mercado de Trabalho	37
4.2.	Setor Externo.....	39
4.2.1.	Balança Comercial.....	39
4.3.	Atividade Econômica	41
4.3.1.	Consumo de Energia Elétrica.....	41
4.3.2.	Consumo de Água.....	43
4.3.3.	Número de Consultas no Crediconsult.....	44
4.3.4.	Número de Embarques e Desembarques no Aeroporto	45
4.3.5.	Frota de Veículos	46
4.3.6.	Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis.....	47
4.3.7.	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.....	47
4.3.8.	Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços	48
4.3.9.	Índice de Atividade Econômica de Rondonópolis – IAEROO	49
REFERÊNCIAS		53
APÊNDICES		55
APÊNDICE A - Metodologia de Cálculo do Índice de Atividade Econômica de Rondonópolis – IAEROO.....		55
apêndice B – índice de atividade econômica de rondonópolis (jan./2012 – DEZ./2017)		57



ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Agregados Monetários-% do PIB	6
Tabela 2: Taxa de Juros Nominais, em % a.a	7
Tabela 3: Inadimplência em Operações de Crédito do Sistema Financeiro, em % a.a	8
Tabela 4: Receitas Federais – Em R\$ Milhões.	9
Tabela 5: Resultado Primário Trimestral – Em R\$ Milhões.	9
Tabela 6: NFSP Trimestral – Em R\$ Milhões	10
Tabela 7: Evolução da DMF - Em R\$ Milhões.	11
Tabela 8: Evolução da DLSP- Em R\$ Milhões.	11
Tabela 9 Transações Correntes do Brasil (Out/2016 - Jun/2017) – Em US\$ Milhões.....	13
Tabela 10: Conta Capital e Financeira (Out/2016 - Jun/2017) – Em US\$ Milhões.....	14
Tabela 11: Taxas de Câmbio (Set/2016-Jun/2017).....	16
Tabela 12: Evolução do Produto Interno Bruto Trimestre/Trimestre.	17
Tabela 13: Evolução do Produto Interno Bruto acumulado ao longo do ano.	17
Tabela 14: Rendimento médio de todos os trabalhos, efetivamente recebido por mês.	21
Tabela 15: Massa de rendimento de todos os trabalhos, efetivamente recebido por mês.	22
Tabela 16: Balança Comercial de Mato Grosso (US\$ 1.000 FOB)	33
Tabela 17: Exportações por Fator Agregado (US\$ 1.000 FOB).	34
Tabela 18: Importações por Fator Agregado (US\$ 1.000 FOB).	34
Tabela 19: Exportações: Principais Países de Destino, 2017 (Jan/Jan) – US\$ FOB.....	35
Tabela 20: Principais Produtos Exportados, 2017 (Jan/Jun) – US\$ FOB.	35
Tabela 21: Principais Produtos Importados, 2017 (Jan/Jun) – US\$ FOB.	36
Tabela 22: Dinâmica do Emprego no Município de Rondonópolis no Período 2007 – 2017.....	38
Tabela 23: IAEROO (Jan/2012 - Jun/2017).	57



ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Metas de Inflação e IPCA Efetivo, em % a.m.	12
Figura 2: Evolução do STC, CCF e NF ao longo do ano de 2016/17.	13
Figura 3: Dados sobre TC, IDE e NF (Dez/2015 – Jun/2017).	15
Figura 4: Evolução do IBC-Br	18
Figura 5: Evolução do percentual de desocupados no Brasil e no Mato Grosso.	20
Figura 6: Comparativo de área, produtividade e produção de soja nas safras 2015/16 e 2016/17.	23
Figura 7: Evolução no preço da saca de soja no município de Rondonópolis.	24
Figura 8: Evolução da Produção de Soja e a Participação de Mato Grosso (1000t).	24
Figura 9: produção estadual de soja, e o incremento das Microrregiões de Rondonópolis e Primavera do Leste à produção (mil t).	25
Figura 10: Evolução da Produção de Soja e a Participação de Mato Grosso (1000t).	25
Figura 11: produção estadual de soja, e o incremento das Microrregiões de Rondonópolis e Primavera do Leste à produção (mil t).	26
Figura 12: Comparativo de área, produtividade e produção de milho nas safras 2015/16 e 2016/2017.	27
Figura 13: Evolução dos preços da saca de milho no município de Rondonópolis.	28
Figura 14: Evolução da Produção de Milho e a Participação de Mato Grosso (1000 t.).	28
Figura 15: Produção total de milho no estado de Mato Grosso, e a participação das Microrregiões de Rondonópolis e Primavera do Leste na Produção (mil t).	29
Figura 16: Comparativo de área, produtividade e produção de algodão nas safras 2015/16 e 2016/17*.	30
Figura 17: Evolução da Produção de Algodão em Pluma e em caroço e a Participação de Mato Grosso (1000 t).	30
Figura 18: Evolução dos preços da arroba de algodão no município de Rondonópolis.	31
Figura 19: Produção estadual de algodão em pluma e em caroço, e a participação das Microrregiões de Rondonópolis e Primavera do Leste na produção (mil t).	31
Figura 20: Evolução dos preços da arroba do Boi Gordo no município de Rondonópolis.	32
Figura 21: Mercado de Trabalho em Rondonópolis: Admissões, Desligamentos e Saldo Líquido. Fonte:Elaboração dos autores com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados(CAGED).	37
Figura 22: Distribuição dos postos de trabalho formais por setor de atividades no município de Rondonópolis em 2011 e 2016.	38
Figura 23: Evolução da Balança Comercial de Mato Grosso (2000 – 2017).	39
Figura 24: Índice de Preços de <i>Commodities</i> Primárias - IPCP (2001 – Jun/2017).	40
Figura 25: Evolução do Consumo de Energia Elétrica (Industrial, Comercial e Rural) no Município de Rondonópolis ao Longo do Período (Dez/2010 - Jun/2017) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).	41
Figura 26: Evolução do Consumo Elétrica (Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público) no Município de Rondonópolis ao Longo do Período (Dez/2010 - Jun/2017) - Número - Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100). ...	42
Figura 27: Evolução do Consumo de Energia Elétrica (Consumo Residencial e Consumo Próprio) no Município de Rondonópolis ao Longo do Período (Dez/2010 - Jun/2017) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100). ...	43
Figura 28: Dados sobre o consumo de água (Set/2010 - Mar/2017).	44
Figura 29: Quantidade de Registros Inclusos em Rondonópolis no período (Dez/2012 – Dez/2016) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).	44
Figura 30: Número de Embarques no Aeroporto do Município de Rondonópolis no Decorrer do Período (Dez/2009 - Jun/2017) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).	45
Figura 31: Número de Desembarques no Aeroporto do Município de Rondonópolis no Decorrer do Período (set/2009 - Mar/2017) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).	46
Figura 32: Evolução da Frota de Veículos ao Longo do Período (Set/2009 - Jun/2017) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).	46
Figura 33: Arrecadação de ITBI (Dez/2009-Jun/2017) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).	47
Figura 34: Evolução Mensal da Arrecadação do ISSQN no Município de Rondonópolis ao Longo do Período (Dez/2009-Jun/2017) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).	48
Figura 35: Evolução Mensal da Arrecadação do ICMS no Município de Rondonópolis ao Longo do Período (Dez/2009-Jun/2017) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).	49
Figura 36: Índice de Atividade Econômica de Rondonópolis (IAEROO) no Período (Abr/2011 - Jun/2017)	50
Figura 37: Média Móvel (12 meses) do Índice de Atividade Econômica de Rondonópolis (IAEROO) no Período (Abr/2011 - Jun/2017).	52



1. CONJUNTURA ECONÔMICA NACIONAL

1.1. Política Monetária

1.1.1. Agregados Monetários

A Tabela 1 mostra o comportamento da participação dos agregados monetários (Base Monetária e M1) no Produto Interno Bruto (PIB) ao longo do primeiro semestre do ano de 2017. A base monetária representa a soma do papel moeda emitido com as reservas bancárias. A participação desse agregado monetário no PIB brasileiro se manteve em 4,2% nos meses de janeiro e fevereiro, e recuou ligeiramente para 3,8% em março. Nos meses de abril e maio apresenta crescimento seguido por queda, e o mês de junho aponta uma melhora no seu percentual. O agregado monetário M1, por sua vez, abrange a moeda em poder do público (papel-moeda e moeda metálica) mais os depósitos à vista nos bancos comerciais. Assim, M1 é o total de moeda que não rende juros e é de liquidez imediata. A participação desse agregado monetário no PIB brasileiro apresentou participação média de 4,9% no período.

Tabela 1: Agregados Monetários-% do PIB

Trimestre	Período	Base Monetária	M1
3º Trimestre/2016	Jul	3,9	4,9
	Ago	3,8	4,8
	Set	4,0	5,0
4º Trimestre/2016	Out	4,0	5,0
	Nov	3,9	5,1
	Dez	4,3	5,5
1º Trimestre/2017	Jan	4,2	5,0
	Fev	4,2	5,0
	Mar	3,8	4,9
2º Trimestre/2017	Abr	4,1	4,9
	Mai	3,7	4,8
	Jun	4,1	4,9

Fonte: Banco Central do Brasil.



1.1.2. Taxas de Juros

A evolução da taxa básica de juros da economia brasileira é apresentada por meio da Tabela 2. O COPOM – Comitê de Política Monetária manteve a taxa de juros básica em um patamar constante, entre setembro de 2015 e setembro de 2016, a taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) se manteve estável em 14,15%. Entretanto, a partir do quarto trimestre de 2016, o COPOM decidiu fazer “cortes moderados” na SELIC, com o intuito de fomentar o investimento na atividade econômica brasileira. Os “cortes” não puderam ser drásticos para evitar uma fuga de capital estrangeiro (aumento da taxa de juros básica americana em dezembro), e para não provocar um aumento inflacionário na economia doméstica já que a inflação brasileira não estava controlada. A saber, a taxa de juros básica brasileira em outubro era 14,05%, caindo para 13,90% em novembro, e reduzida para 13,65% em dezembro.

No segundo trimestre do ano de 2017, o COPOM manteve a política monetária de redução da taxa de juros, em abril ajustou a SELIC para 11,59%, reduzindo para 11,15% em maio e atingiu 10,15% em junho. A taxa de juros de longo prazo (TJLP) recuou 0,5 % em comparação com o primeiro trimestre do ano de 2017, permanecendo em 7,00% até o encerramento do segundo trimestre de 2017.

Tabela 2: Taxa de Juros Nominais, em % a.a

Trimestre	Período	SELIC	TLJP
3º Trimestre/2016	Jul	1,11	7,50
	Ago	1,22	7,50
	Set	1,11	7,50
4º Trimestre/2016	Out	1,05	7,50
	Nov	1,04	7,50
	Dez	1,12	7,50
1º Trimestre/2017	Jan	1,09	7,50
	Fev	0,87	7,50
	Mar	1,05	7,50
2º Trimestre/2017	Abr	0,79	7,00
	Mai	0,93	7,00
	Jun	0,81	7,00

Fonte: Banco Central do Brasil.



1.1.3. Inadimplência

A Tabela 3 traz informações acerca da inadimplência em operações de crédito do sistema financeiro brasileiro para o primeiro semestre do ano de 2017. Os dados demonstram que a inadimplência de Pessoas Físicas ficou oscilando entre 3,9% e 4,0% no segundo trimestre do ano. A inadimplência de Pessoas Jurídicas teve média de 3,8%, entre abril e junho de 2017. Observa-se que, a inadimplência total da economia brasileira teve uma média trimestral de 3,8%.

Tabela 3: Inadimplência em Operações de Crédito do Sistema Financeiro, em % a.a

Trimestre	Período	Pessoas Jurídicas	Pessoas Físicas	Total
3º Trimestre/2016	Jul	3	4,1	3,6
	Ago	3,3	4,1	3,7
	Set	3,3	4,2	3,7
4º Trimestre/2016	Out	3,6	4,2	3,9
	Nov	3,5	4,1	3,8
	Dez	3,5	3,9	3,7
1º Trimestre/2017	Jan	3,5	4,0	3,7
	Fev	3,5	4,0	3,8
	Mar	3,7	4,0	3,9
2º Trimestre/2017	Abr	3,8	4,0	3,9
	Mai	4,0	4,1	4,0
	Jun	3,6	3,9	3,7

Fonte: Banco Central do Brasil.

1.2. Política Fiscal

1.2.1. Receitas Federais

A política fiscal representa a atuação do governo através das receitas e despesas públicas. O comportamento das finanças públicas é um importante indicador da conjuntura econômica do país, pois influencia diretamente no crescimento econômico da nação. Assim, apresentam-se alguns dados relativos às receitas federais, ao resultado primário do governo, o resultado nominal, a dívida mobiliária federal e a dívida líquida do setor público.



As receitas federais representam a capacidade de arrecadação do governo federal e a capacidade do mesmo de financiar os seus gastos. A Tabela 4 demonstra o resultado no segundo trimestre do ano de 2017.

Tabela 4: Receitas Federais – Em R\$ Milhões.

Receitas	2º Trim./2016	3º Trim./2016	4º Trim./2016	1º Trim./2017	2º Trim./2017
Receita Federal	298.795,29	287.237,14	372.021,75	319.942,44	310.864,98
Outros Órgãos	5.447,52	6.756,64	6.530,17	8.801,78	8.975,23
Total	304.242,80	293.993,78	378.551,92	328.744,22	319.840,21

Fonte: Receita Federal do Brasil.

O total da receita federal no segundo trimestre de 2017 em comparação com o primeiro trimestre desse ano, apresentou um retrocesso de 2,71%; e em relação ao mesmo período de 2016 houve um aumento de 5,13%. A arrecadação no âmbito do governo federal, propriamente dito, apresentou uma variação negativa entre o segundo trimestre de 2017 e o primeiro, a redução foi de 2,84% no valor das receitas; e em comparação com o mesmo período de 2016, registrou um acréscimo de 4,04% no montante arrecadado.

1.2.2. Resultado Primário

O Resultado Primário corresponde ao resultado líquido do total das receitas primárias do Governo Central, deduzidas suas despesas primárias. Valores positivos indicam superávit e valores negativos déficit.

Tabela 5: Resultado Primário Trimestral – Em R\$ Milhões.

Receitas	3º Trim/2016	4º Trim/2016	1º Trim/2017	2º Trim/2017
Primário	-61726	-70289	2.197	-37.381
Governos Centrais	-60495	-64998	-14.163	-40.592
Governos Regionais	-1285	-5349	16.996	2.000
Empresas Estatais	54	58	-636	1.211

Fonte: Banco Central do Brasil.

Em 2016, ainda no governo Dilma Rousseff, a meta do governo federal para o superávit primário do setor público em 2016 era de 0,5% do PIB, cerca de R\$ 30,6 bilhões. Entretanto, em maio o então governo provisório de Michel Temer conseguiu a aprovação no Congresso Nacional de um déficit primário de R\$ 170,5 bilhões (aproximadamente 2,83% do PIB), em decorrência da



deterioração crescente das contas públicas. O déficit primário do ano de 2016 atingiu de R\$ 155,791 bilhões, o que corresponde 2,48% do PIB, entretanto o desequilíbrio permaneceu dentro da meta estipulada pelo governo federal.

No segundo trimestre do ano de 2017, o setor público registrou um déficit primário de R\$ 37,381 bilhões, cerca de 0,58% do PIB, o resultado negativo se deve ao déficit primário de R\$ 40.592 bilhões dos governos centrais. A estimativa do governo federal para o resultado primário é um déficit de R\$ 159 bilhões no exercício fiscal de 2017.

1.2.3. Resultado Nominal

O resultado nominal do setor público inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados. A Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) mede o comportamento das receitas e das despesas públicas, apontando os resultados fiscais dentro de um exercício financeiro e apura o montante de recursos que o setor público necessita captar junto ao setor financeiro para fazer face aos seus dispêndios (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2013).

Tabela 6: NFSP Trimestral – Em R\$ Milhões

Discriminação	3º Trim./2016	4º Trim./2016	1º Trim./2017	2º Trim./2017
Nominal	-183447	-182280	-108293	-133474
Governo Central	-157947	-161006	-103795	-124186
Governos Regionais	-23993	-19894	-2467	-9087
Empresas Estatais	-1507	-1380	-2032	-9087

Fonte: Banco Central do Brasil.

No segundo trimestre do ano de 2017, o setor público registrou um déficit nominal de 133,474 bilhões, cerca de 2,08% do PIB. A comparação entre o segundo trimestre de 2017 com o mesmo período de 2016, verifica-se uma ampliação de 25,96% do rombo fiscal.

1.2.4. Dívida Mobiliária Federal

A dívida pública Mobiliária do governo federal reflete o total de títulos públicos federais (Tesouro Nacional e Banco Central) fora do Banco Central (BANCO CENTRAL, 2013). O seu comportamento reflete a necessidade de financiamento do setor público, bem como a condução da política monetária nacional. A dívida mobiliária federal apresentou participação de 50,4% do PIB



no segundo trimestre de 2017, um acréscimo de 1,3% em relação ao valor registrado no período anterior.

Tabela 7: Evolução da DMF - Em R\$ Milhões.

Trimestre	DMF	% PIB
3º Trim./2016	2.910.182	47,5
4º Trim./2016	2.975.805	47,3
1º Trim./2017	3 102 903	49,1
2º Trim./2017	3 223 575	50,4

Fonte: Banco Central do Brasil.

1.2.5. Dívida Líquida do Setor Público

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) é representada pelo total da dívida bruta do setor público (União, Estados, Municípios e estatais) abatida das disponibilidades em moeda nacional ou estrangeira (caso das reservas líquidas internacionais) (KHAIR, 2006). A DLSP apresentou participação de 48,7%, do PIB no segundo trimestre do ano de 2017, crescimento de 1,96% entre o segundo trimestre de 2017 e o primeiro do mesmo ano.

Tabela 8: Evolução da DLSP- Em R\$ Milhões.

Trimestre	DLSP	% PIB
3º Trim./2016	2 699 869	44,1
4º Trim./2016	2 892 913	46,0
1º Trim.2017	3 020 615	47,8
2º Trim./2017	3 112 892	48,7

Fonte: Banco Central do Brasil

1.3. Preços

A Figura 1 sintetiza o sistema de metas de inflação para a economia brasileira no decorrer do ano de 2016. Pelo regulamento do Banco Central do Brasil, a taxa de inflação brasileira, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), deve flutuar respeitando o seguinte intervalo: limite inferior igual a 2,5 pontos percentuais e limite superior igual a 6,5 pontos percentuais. O centro da meta é de 4,5 pontos percentuais. Ao longo do segundo trimestre do ano de 2017, o IPCA apresentou tendência de desaceleração no mês de abril, o índice era de 0,14%, em seguida mostrou uma leve aceleração para 0,31% em maio, e voltou a reduzir-se para uma desaceleração negativa de 0,23 em junho. A inflação acumulada nos últimos 12 meses, período de agosto de 2016 a junho de

2017, atingiu 3,00% em junho, ou seja, a inflação brasileira encerrou o trimestre abaixo do centro da meta.

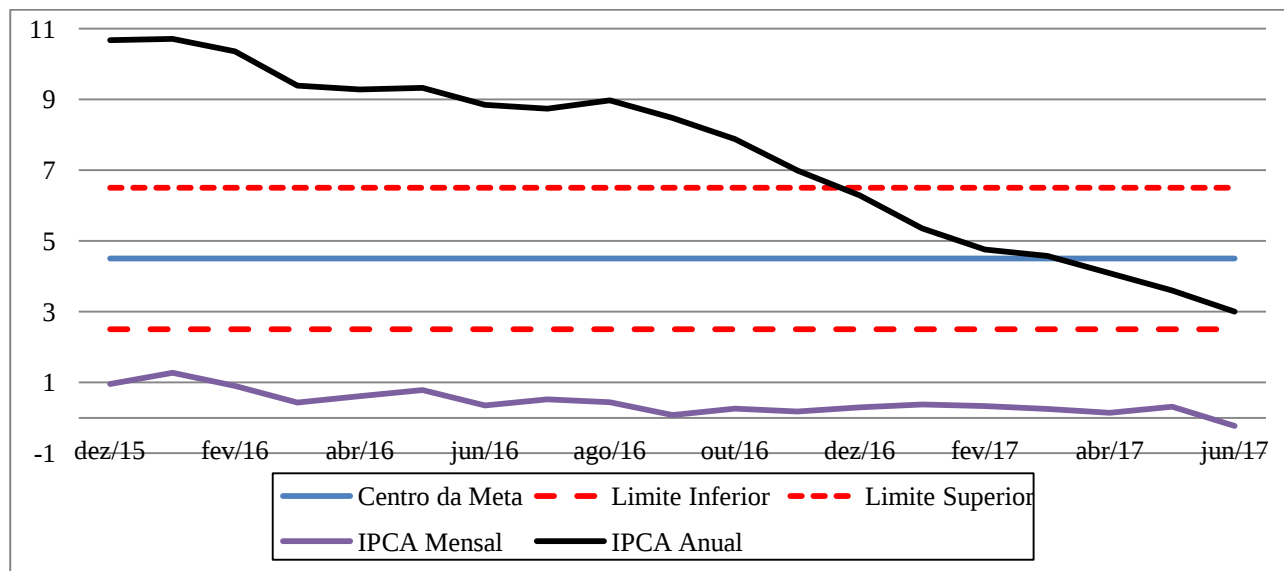


Figura 1: Metas de Inflação e IPCA Efetivo, em % a.m.

Fonte: Banco Central do Brasil.

1.4. Setor Externo

1.4.1. Balanço de Pagamentos

A Figura 2 apresenta a evolução do saldo da Conta Corrente e da Conta Capital e Financeira do Balanço de Pagamentos brasileiro a partir de dezembro de 2015 até junho de 2017. Observa-se que o país encerrou o primeiro semestre do ano de 2017 sem apresentar a necessidade de financiamento externo, pois de janeiro a junho de 2017, a conta apresentou um saldo positivo de US\$ 17,83 bilhões. A Conta Capital e Financeira apresentou uma saída líquida de US\$ 6,29 bilhões, no acumulado do trimestre. No período analisado, o saldo em Transações Correntes apresentou um superávit de 53,61 bilhões.

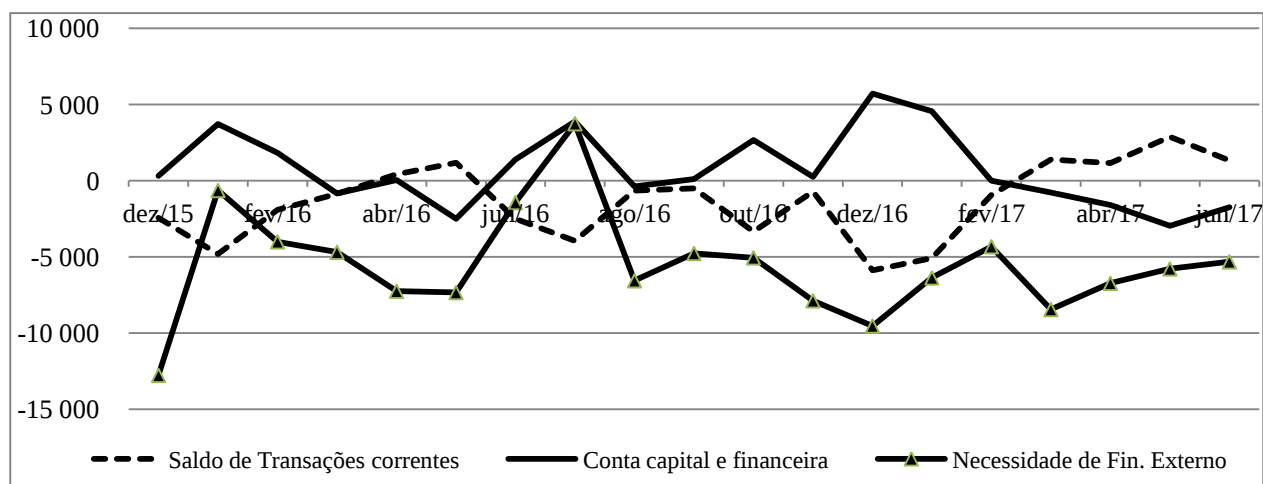


Figura 2: Evolução do STC, CCF e NF ao longo do ano de 2016/17.

Fonte: Banco Central do Brasil.

A Tabela 9 evidencia o saldo em Transações Correntes de forma desagregada. Desta forma, são apresentados os saldos das contas que compõem a Conta Corrente do Balanço de Pagamentos, quais sejam: Balanço Comercial, Balanço de Serviços, Balanço de Renda e Transferências Unilaterais Correntes. A Balança Comercial apresentou superávit em todos os meses do segundo trimestre do ano de 2017. O superávit acumulado no período foi de US\$ 21,11 bilhões.

A Balança de Serviços e de Renda, por sua vez, apresentaram déficit entre junho e julho de 2017. No trimestre analisado, o déficit acumulado na Balança de Serviços foi de US\$ 8,17 bilhões; enquanto que na Balança de Renda, registrou-se um déficit de US\$ 8,13 bilhões.

As Transferências Unilaterais, Correntes atingiram o valor de US\$ 561 milhões, no segundo trimestre de 2017.

Tabela 9 Transações Correntes do Brasil (Out/2016 - Jun/2017) – Em US\$ Milhões.

Discriminação	Transações Correntes do Brasil (Out-2016/Jun-2017) – Em US\$ Milhões.								
	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
1. Transações Correntes	-3 342	- 718	-5 882	-5 085	- 945	1 377	1 153	2 880	1 328
1.1 Balanço Comercial	2 114	4 516	4 203	2 505	4 376	6 931	6 742	7 410	6 959
1.2 Balanço de Serviços	-2 780	-2 349	-3 382	-2 424	-2 424	-2 526	-2 515	-2 471	-3 192
1.3 Balanço de Renda	-3 005	-3 156	-6 980	-5 344	-3 056	-3 192	-3 227	-2 262	-2 644
1.4 Transferências Unilaterais Correntes	330	271	277	178	159	164	152	203	206

Fonte: Banco Central do Brasil.



A apresentação dos saldos da Conta Capital e Financeira de forma desagregada é realizada por intermédio da Tabela 10. Observa-se que no segundo trimestre do ano de 2017, a Conta Capital e Financeira apresentou um saldo negativo de US\$ 6,29 bilhões. Na Conta Capital, de abril a junho de 2017, registrou-se um montante de US\$ 59 milhões. Na Conta Financeira, o saldo negativo foi de US\$ 6,23 bilhões no período analisado. O Investimento Estrangeiro Direto no país totalizaram ingressos líquidos, entre os meses de abril e junho, de US\$ 12,23 bilhões. Em relação ao Investimento em Carteira houve uma saída líquida de US\$ 1,69 bilhões até o encerramento do referido trimestre.

Tabela 10: Conta Capital e Financeira (Out/2016 - Jun/2017) – Em US\$ Milhões.

Discriminação	2016-2017								
	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
1. Conta Capital e Financeira	2663	247	5723	4557	-6	-780	-1589	-2953	-1748
1.1 Conta Capital	42	24	9	38	59	23	11	12	36
1.2 Conta Financeira	2705	272	5732	4595	54	-757	-1578	-2941	-1712
1.2.1 Investimento estrangeiro	8400	8593	15409	11321	4692	7083	5508	2835	3894
1.2.2 Investimento em Carteira	-2147	-5	-1428	-2095	-2045	-1768	3514	-1593	-3620

Fonte: Banco Central do Brasil.

1.4.2. Necessidade de Financiamento Externo

A Figura 3 apresenta a evolução da Necessidade de Financiamento Externo da economia brasileira entre os meses de dezembro de 2015 e junho de 2017. A Necessidade de Financiamento Externo é calculada através da diferença entre o déficit em Transações Correntes e o Investimento Direto Estrangeiro ($NF = TC - IDE$). Quando $NF > 0$, o saldo do Investimento Direto Estrangeiro é insuficiente para cobrir o déficit em Transações Correntes. Assim, há uma Necessidade de Financiamento Externo. Em contrapartida, quando $NF < 0$, o saldo do Investimento Direto Estrangeiro é suficiente para cobrir o déficit em Transações Correntes. Desta forma, há uma Capacidade de Financiamento Externo.

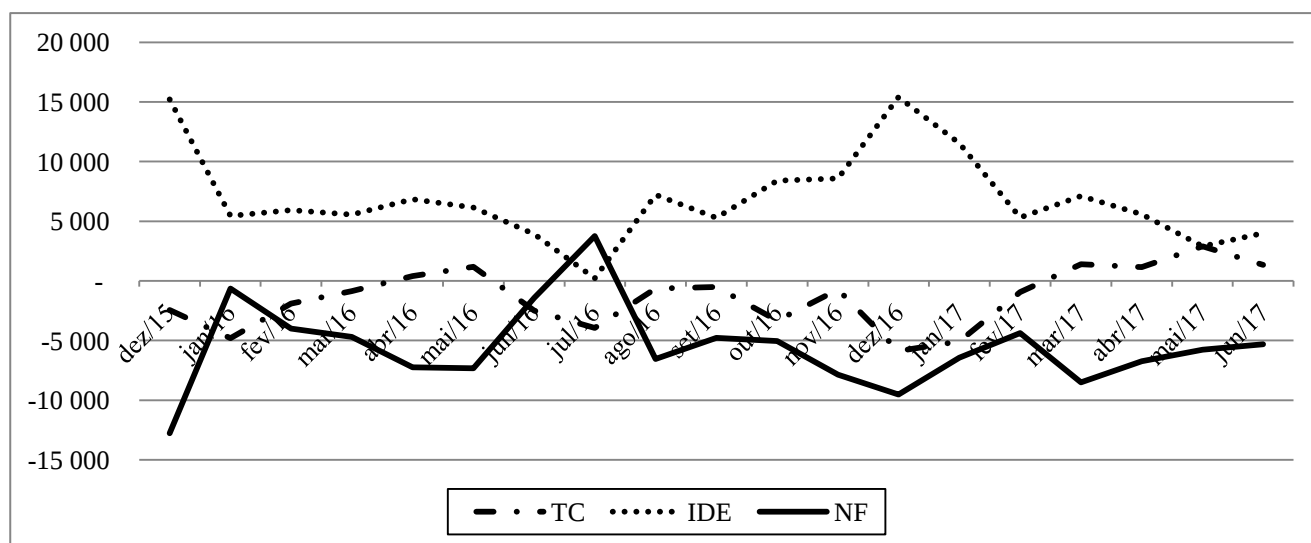


Figura 3: Dados sobre TC, IDE e NF (Dez/2015 – Jun/2017).

Fonte: Banco Central do Brasil

TC: Transações correntes

IDE: Investimentos estrangeiros diretos

NF: Necessidade de financiamento externo

No acumulado do ano de 2017, entre os meses de janeiro e junho, não houve Necessidade de Financiamento Externo, porque o IDE foi suficiente para cobrir o déficit em transações correntes.

1.4.3. Taxas de Câmbio

O comportamento da taxa de câmbio R\$/US\$ ao longo do primeiro semestre de 2017 é apresentado por intermédio da Tabela 11. Um aumento da taxa de câmbio indica depreciação cambial, isto é, a moeda doméstica (Real) perde valor relativamente à moeda estrangeira (Dólar). Em contrapartida, uma queda da taxa de câmbio representa apreciação cambial, ou seja, a moeda doméstica (Real) ganha valor relativamente à moeda estrangeira (Dólar).

No cenário apresentado pelo Relatório Trimestral de Inflação – RTI, o segundo trimestre do ano de 2017 apresentou um crescimento da taxa de câmbio. Em abril, a taxa de câmbio teve uma valorização na moeda doméstica com um valor de R\$ 3,1978, significando uma diminuição da apreciação cambial em relação a janeiro de 2017. No mês seguinte, a taxa de câmbio obteve uma leve alta, chegando a fechar a R\$ 3,2431, representando uma depreciação cambial da moeda doméstica brasileira. A taxa de câmbio registrou um aumento de 3,43% em junho, obtendo um valor de R\$ 3,3076 no mês.



Tabela 11: Taxas de Câmbio (Set/2016-Jun/2017).

Período		Fim de Período				Média de Período			
		Compra		Venda		Compra		Venda	
		Taxa	Variação (%)	Taxa	Variação(%)	Taxa	Variação(%)	Taxa	Variação(%)
3ºTrim./2016	Jul	3,2384	0,91	3,2390	0,91	3,2750	-4,35	3,2756	-4,35
	Ago	3,2397	0,04	3,2403	0,04	3,2091	-2,01	3,2097	-2,01
	Set	3,2456	0,18	3,2462	0,18	3,2558	1,46	3,2564	1,46
4ºTrim./2016	Out	3,1805	-2,01	3,1811	-2,01	3,1852	-2,17	3,1858	-2,17
	Nov	3,3961	6,78	3,3967	6,78	3,3414	4,90	3,3420	4,90
	Dez	3,2585	-4,05	3,2591	-4,05	3,3517	0,31	3,3523	0,31
1ºTrim./2017	Jan	3,1264	-4,05	3,1270	-4,05	3,1960	-4,64	3,1966	-4,64
	Fev	3,0987	-0,89	3,0993	-0,89	3,1036	-2,89	3,1042	-2,89
	Mar	3,1678	2,23	3,1684	2,23	3,1273	0,76	3,1279	0,76
2ºTrim./2017	Abr	3,1978	0,95	3,1984	0,95	3,1356	0,26	3,1362	0,26
	Mai	3,2431	1,42	3,2437	1,42	3,2087	2,33	3,2095	2,34
	Jun	3,3076	1,99	3,3082	1,99	3,2948	2,68	3,2954	2,68

Fonte: Banco Central.

1.5. Atividade Econômica

1.5.1. Produto Interno Bruto

A evolução do Produto Interno Bruto (trimestre/trimestre imediatamente com ajuste sazonal) no primeiro trimestre do ano de 2017 apresentou uma variação positiva de 0,25%, em relação ao mesmo período em 2016. Esse resultado positivo se deu após 12 trimestres consecutivos de queda, o que pode indicar uma trajetória de recuperação econômica. Um dos destaques positivos do PIB do segundo trimestre foi o avanço do setor de serviços, que cresceu 0,57% que se deu a maior contribuição para o resultado beneficiado do aumento do consumo das famílias. O setor agropecuário, no segundo trimestre de 2017 mostrou resultado negativo de 0,02% em razão do crescimento das exportações, o que segurou o resultado do setor no período. A indústria teve uma queda de 0,48% após um trimestre de leve crescimento.



Tabela 12: Evolução do Produto Interno Bruto Trimestre/Trimestre.

Trimestre/trimestre imediatamente anterior com ajuste sazonal	2016				2017	
	1º trim./16	2ºtrim./16	3º trim./16	4º trim./16	1º trim./17	2ºtrim./17
PIB a preços de mercado	-1,00	-0,39	-0,58	-0,46	1,02	0,25
PIB (valor adicionado a preços básicos)	-0,92	-0,32	-0,64	-0,37	0,98	0,29
Agropecuária	-7,18	-0,17	0,74	2,09	11,54	-0,02
Indústria	-0,52	0,52	-1,44	-0,91	0,68	-0,48
Serviços	-0,48	-0,74	-0,46	-0,69	0,21	0,57

Em relação ao PIB acumulado ao longo do ano, somente a agropecuária registrou um crescimento de 15,04% no segundo trimestre do ano de 2017 em comparação com o primeiro trimestre de 2017, o resultado favorável do setor se deve ao desempenho recorde das safras de grãos. Os demais setores apresentaram resultados negativos. O PIB teve uma queda de 0,04%, no trimestre analisado.

Tabela 13: Evolução do Produto Interno Bruto acumulado ao longo do ano.

Acumuladas ao longo do ano	2016				2017	
	1º trim./16	2ºtrim./16	3º trim./16	4º trim./16	1º trim./17	2ºtrim./17
PIB a preços de mercado	-5,43	-4,51	-3,96	-3,59	-0,35	-0,04
PIB (valor adicionado a preços básicos)	-4,64	-3,83	-3,40	-3,14	-0,28	0,01
Agropecuária	-8,34	-7,28	-6,90	-6,57	15,20	15,04
Indústria	-7,02	-4,97	-4,26	-3,81	-1,07	-1,60
Serviços	-3,46	-3,10	-2,80	-2,69	-1,70	-1,02

Fonte: Banco Central do Brasil.

1.5.2. Índice de Atividade Econômica do Banco Central – IBC- BR

O Banco Central do Brasil elabora mensalmente o IBC-BR que é um indicador de atividade calculado a partir de variáveis que possuem correlação com o desempenho do produto interno bruto. O IBC-BR é uma forma de se aferir mais rapidamente o desempenho da economia, com menor defasagem temporal que a estatística do PIB oficial. A comparação entre o segundo trimestre do ano de 2017 e o mesmo trimestre do ano de 2016 revelou um leve crescimento de 0,29%. No segundo trimestre de 2017 frente ao primeiro desse ano registrou-se uma queda de 0,39%.

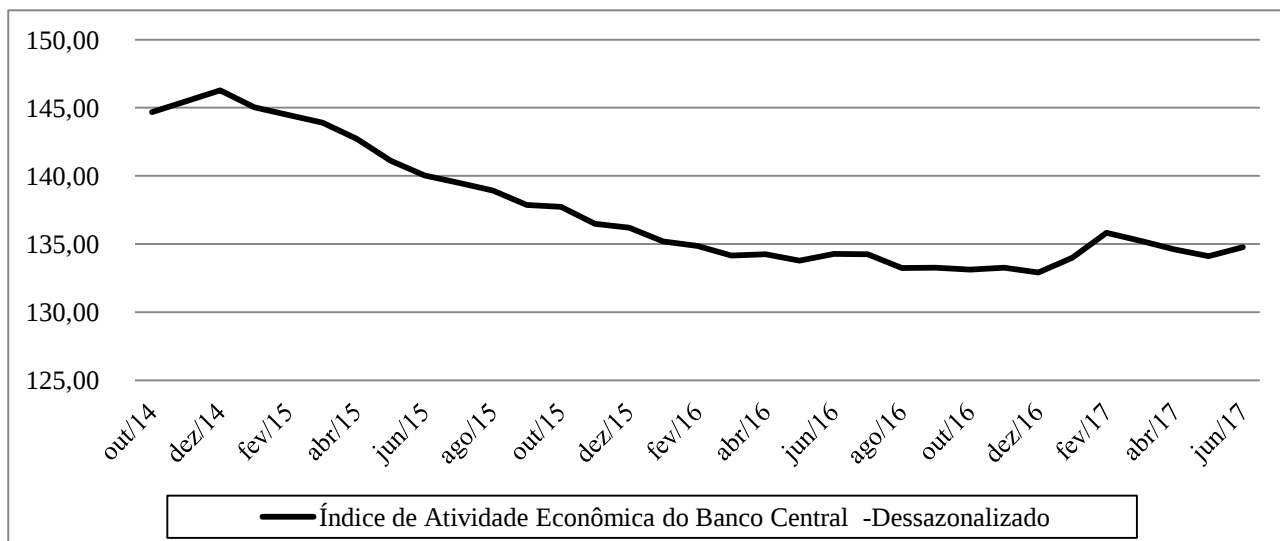


Figura 4: Evolução do IBC-Br
Fonte: Banco Central do Brasil.



2. MERCADO DE TRABALHO

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) é responsável pela produção de informações sobre a dinâmica do mercado de trabalho, estes dados são utilizados como ferramentas de análise da situação socioeconômica brasileira. A pesquisa é realizada trimestralmente, os dados são coletados a partir de uma amostra de domicílios, onde são averiguados 211.344 domicílios particulares permanentes, em aproximadamente 16.000 setores censitários, distribuídos em cerca de 3.500 municípios (IBGE, 2016).

2.1. Taxa de Desocupação

A Taxa de Desocupação mede o percentual da população que não está ocupada, ou seja, mede o percentual das pessoas que estão sem emprego (desempregadas). A classificação de pessoas como desocupadas é dividida de duas maneiras. A primeira se refere às pessoas que no período de 30 dias tomaram alguma atitude para conseguir se realocar no mercado de trabalho, na semana de referência da coleta de dados. Já a segunda classifica pessoas como desocupadas se elas não possuem um trabalho na semana de referência, e não procuraram emprego no período de referência de 30 dias, porque já haviam conseguido trabalho para ser iniciado após a semana de referência.

A evolução da taxa de desocupação é apresentada por intermédio da figura 5, a taxa é mostrada a nível nacional e estadual (MT). Na taxa de desocupação nacional, observe que até o final de 2014 o percentual de desocupados permaneceu estável, entretanto entre 2015 e 2016 o percentual de desempregados cresce de modo vertiginoso. No primeiro trimestre do ano de 2017, verifica-se que a taxa de desocupados atingiu a marca percentual de 13,7%, ou seja, cerca de 14 milhões de pessoas estão desempregadas.

Essa situação também pode ser verificada na taxa de desocupação mato grossense, note que até o final de 2014, a porcentagem de desempregados estava em torno de 4%, contudo a partir de 2015, observe que nos três primeiros trimestres do ano, a taxa cresceu gradativamente, e no último trimestre teve um leve recuo; já no ano de 2016, houve um acréscimo significativo no índice de janeiro a junho (atingiu 9,8% no fim do primeiro semestre), porém a partir de julho até o encerramento do terceiro trimestre o indicador de desocupação apresentou uma leve queda (caiu para 9%), contudo no último trimestre de 2016 o percentual de desocupados aumentou 0,5% em

relação ao terceiro trimestre. É importante destacar que essa alta de desemprego é decorrente do cenário de incerteza política e econômica que se iniciou em 2015 e se prolongou para 2016.

No segundo trimestre do ano de 2017, verifica-se que a taxa de desocupados de Mato Grosso diminuiu quase dois pontos percentual entre o segundo trimestre de 2017 e o trimestre anterior, a taxa passou de 10,5% para 8,6% no período comparado. Vale observar que o percentual dos não ocupados no estado mato-grossense é sempre menor que o índice nacional, esse fato pode ser explicado pelo fato que a pauta da economia de Mato Grosso é composta por produtos agrícolas, principais itens de exportação brasileira.

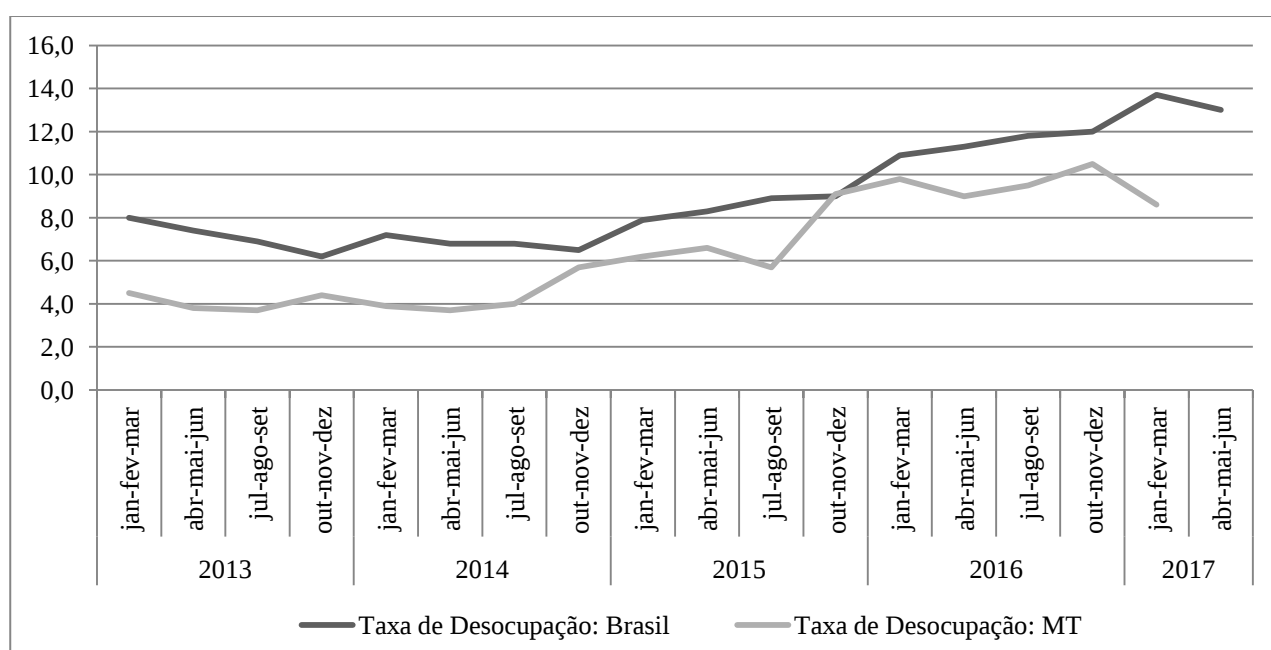


Figura 5: Evolução do percentual de desocupados no Brasil e no Mato Grosso.

Fonte: IBGE.

2.2. Rendimento Médio

A PNAD Contínua faz o levantamento dos rendimentos dos empregados e de empregadores e trabalhadores autônomos, em valores brutos. O rendimento bruto refere-se ao recebimento da remuneração que pode ser dada por uma única rubrica ou por várias (salário, vencimento, gratificação, ajuda de custo, ressarcimento, salário-família, anuênio, quinquênio, bonificação, horas extras, quebra de caixa, benefícios pagos em dinheiro etc.). O valor recebido é computado sem considerar os descontos da folha de pagamento, como contribuição para instituto de previdência,



imposto de renda, pensão alimentícia, contribuição sindical, previdência privada, seguro e plano de saúde, descontos por faltas e atrasos etc... (IBGE, 2016).

O rendimento médio de todos os trabalhos efetivamente recebido no mês de referência é o rendimento bruto real médio de todos os trabalhos, que as pessoas ocupadas tinham na semana de referência. Esses dados são apresentados por meio da tabela 14. A tabela abrange os rendimentos dos trabalhadores a nível nacional, e a nível estadual (MT). Observe que as estimativas do rendimento médio apresentam uma tendência de variação linear, entre 2013 e 2016, os rendimentos são sempre maiores no primeiro trimestre e no último trimestre do ano. Esse comportamento pode ser justificado pelo pressuposto de que no primeiro e último trimestre são os meses em que os trabalhadores costumam receber um bônus salarial (gratificações natalinas, décimo terceiro salário, etc). O rendimento médio mato-grossense, por sua vez, apresenta uma tendência cíclica de que no primeiro trimestre do ano o valor do rendimento médio é maior que nos trimestres subsequentes. No segundo trimestre do ano de 2017, constata-se que o rendimento médio nacional e estadual obteve valores inferiores em comparação com o primeiro trimestre desse ano.

Tabela 14: Rendimento médio de todos os trabalhos, efetivamente recebido por mês.

Ano	Trimestre de coleta	Trimestre de referência	Estimativa real (em R\$)	
			Brasil	MT
2013	jan-fev-mar	dez-jan-fev	2.133	2.202
	abr-mai-jun	mar-abr-mai	2.071	2.127
	jul-ago-set	jun-jul-ago	2.092	2.094
	out-nov-dez	set-out-nov	2.100	2.143
2014	jan-fev-mar	dez-jan-fev	2.206	2.122
	abr-mai-jun	mar-abr-mai	2.085	2.171
	jul-ago-set	jun-jul-ago	2.078	2.137
	out-nov-dez	set-out-nov	2.115	2.128
2015	jan-fev-mar	dez-jan-fev	2.198	2.122
	abr-mai-jun	mar-abr-mai	2.109	2.097
	jul-ago-set	jun-jul-ago	2.070	2.053
	out-nov-dez	set-out-nov	2.135	2.036
2016	jan-fev-mar	dez-jan-fev	2.279	2.167
	abr-mai-jun	mar-abr-mai	2.043	2.062
	jul-ago-set	jun-jul-ago	2.059	2.054
	out-nov-dez	set-out-nov	2.126	2.018
2017	jan-fev-mar	dez-jan-fev	2.312	2.281
	abr-mai-jun	mar-abr-mai	2.049	2.060

Nota: A estimativa real mencionada na tabela acima indica que os dados foram deflacionados, isto é nos valores mostrados foram descontados os efeitos da inflação. O deflator utilizado é o Índice de Preços do Consumidor Amplo (IPCA), a preços do mês do meio do trimestre mais recente que os dados estão sendo divulgados.



2.3. Massa de Rendimento

A massa de rendimento corresponde à soma de todos os rendimentos efetivamente recebidos por todos os empregados na semana de referência. Esses dados são apresentados por intermédio da tabela 15, a nível nacional e estadual (MT). Observe que tanto massa de rendimento nacional como a mato grossense permaneceu em níveis estáveis e cíclicos desde o primeiro trimestre do ano de 2013 até o encerramento do quarto trimestre do ano de 2016. Os valores da massa de rendimento brasileira e mato-grossense apresentaram uma variação negativa cíclica no segundo trimestre do ano de 2017 em comparação com o trimestre anterior. A disparidade entre os valores a nível nacional e a nível estadual se deve pelo fato que o número de ocupados no estado de Mato Grosso é pequeno se compararmos com o número de ocupados em todo país.

Tabela 15: Massa de rendimento de todos os trabalhos, efetivamente recebido por mês.

Ano	Trimestre de coleta	Trimestre de referência	Estimativa real (em milhões de R\$)	
			Brasil	MT
2013	jan-fev-mar	dez-jan-fev	184.051	3.167
	abr-mai-jun	mar-abr-mai	180.829	3.121
	jul-ago-set	jun-jul-ago	184.217	3.131
	out-nov-dez	set-out-nov	186.193	3.180
2014	jan-fev-mar	dez-jan-fev	194.666	3.180
	abr-mai-jun	mar-abr-mai	185.638	3.288
	jul-ago-set	jun-jul-ago	185.623	3.254
	out-nov-dez	set-out-nov	190.254	3.203
2015	jan-fev-mar	dez-jan-fev	195.695	3.188
	abr-mai-jun	mar-abr-mai	188.096	3.088
	jul-ago-set	jun-jul-ago	184.683	2.990
	out-nov-dez	set-out-nov	191.292	3.036
2016	jan-fev-mar	dez-jan-fev	201.140	3.143
	abr-mai-jun	mar-abr-mai	180.948	3.062
	jul-ago-set	jun-jul-ago	180.588	3.018
	out-nov-dez	set-out-nov	187.230	2.998
2017	jan-fev-mar	dez-jan-fev	200.426	3.295
	abr-mai-jun	mar-abr-mai	185.559	3.098

Fonte: IBGE.

Nota: A estimativa real mencionada na tabela acima indica que os dados foram deflacionados, isto é nos valores mostrados foram descontados os efeitos da inflação. O deflator utilizado é o Índice de Preços do Consumidor Amplo (IPCA), a preços do mês do meio do trimestre mais recente que os dados estão sendo divulgados



3. CONJUNTURA ECONÔMICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

3.1. Evolução da Produção Agrícola de Mato Grosso de Lavouras Selecionadas no Período de 2000 a 2017 e o Desempenho Microrregional

3.1.1. Soja

O mês de junho a soja de Mato Grosso apresenta lentidão na negociação em relação ao mês de maio. Nesse mês a comercialização foi boa devido à alta de dólar. Pois até então, o valor médio foi de R\$ 53,66/sc. Se for comparado com a junho/16, a comercialização de soja registrou preço de R\$ 82,30/sc na média do mês de junho. Além disso, a venda do mês de junho/17 registrou preço abaixo de equilíbrio da safra que é 54,57/sc. Essa diferença induz o produtor a não negociar a soja com a expectativa de que os preços futuros sejam mais elevados. O preço de soja em grão apresentou a média semanal de 53,58/sc desvalorização de 1,25%, pautada pela retração da Bolsa de Chicago, o contrato para março fechou queda de 2,52% e média de US\$9,19/bushel. A paridade de exportação para 2018 retrocedeu de 1,48%. Em relação à área cultivada, houve incremento de 2% na lavoura de soja em nível do Estado, deslocando de 9.140 mil na safra 2015/16 para 9.322,8 mil hectares em 2016/17 (IMEA,2017).

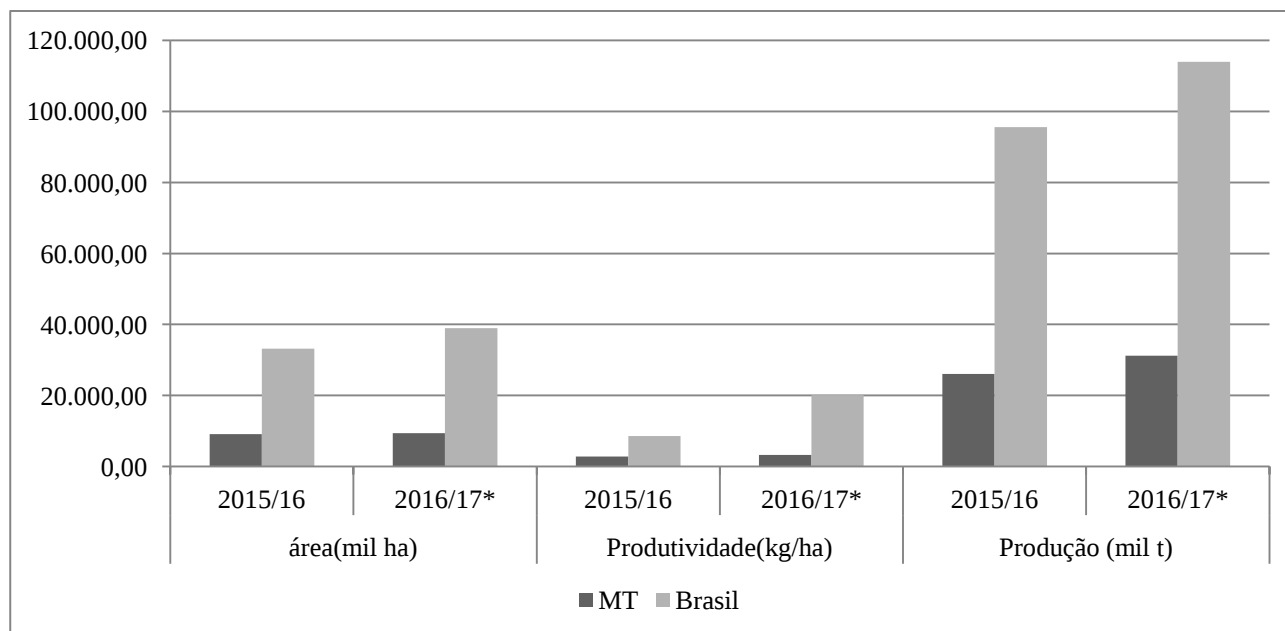


Figura 6: Comparativo de área, produtividade e produção de soja nas safras 2015/16 e 2016/17.

*Estimativa

Fonte: CONAB/IMEA (setembro de 2017) formatado pelos autores.

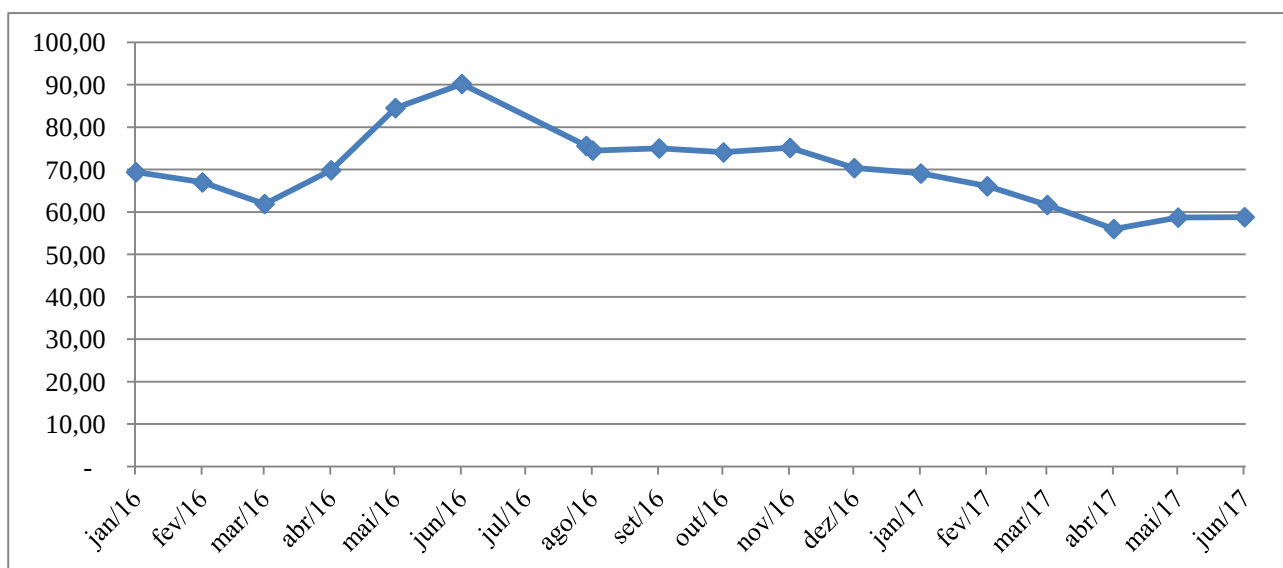


Figura 7: Evolução no preço da saca de soja no município de Rondonópolis.

Fonte: IMEA (Setembro de 2017) formatado pelos autores.

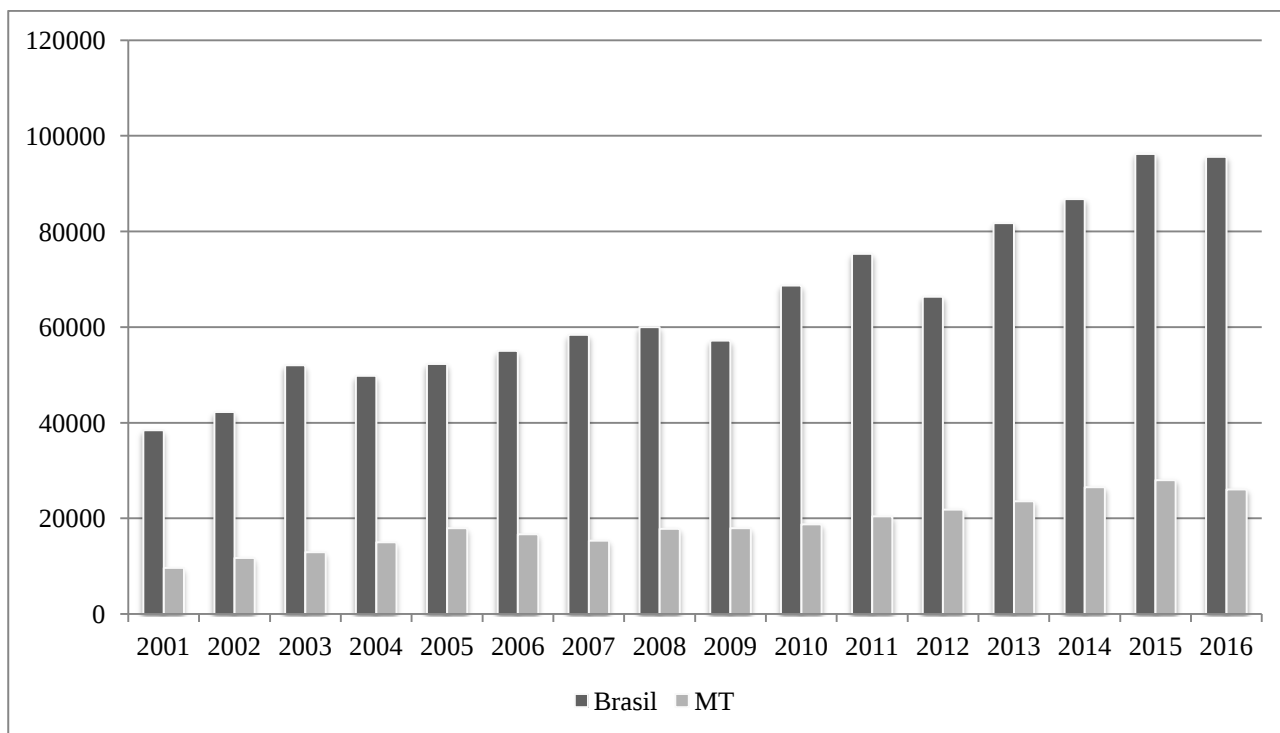


Figura 8: Evolução da Produção de Soja e a Participação de Mato Grosso (1000t).

Fonte: IBGE (2016) elaborado pelos autores.

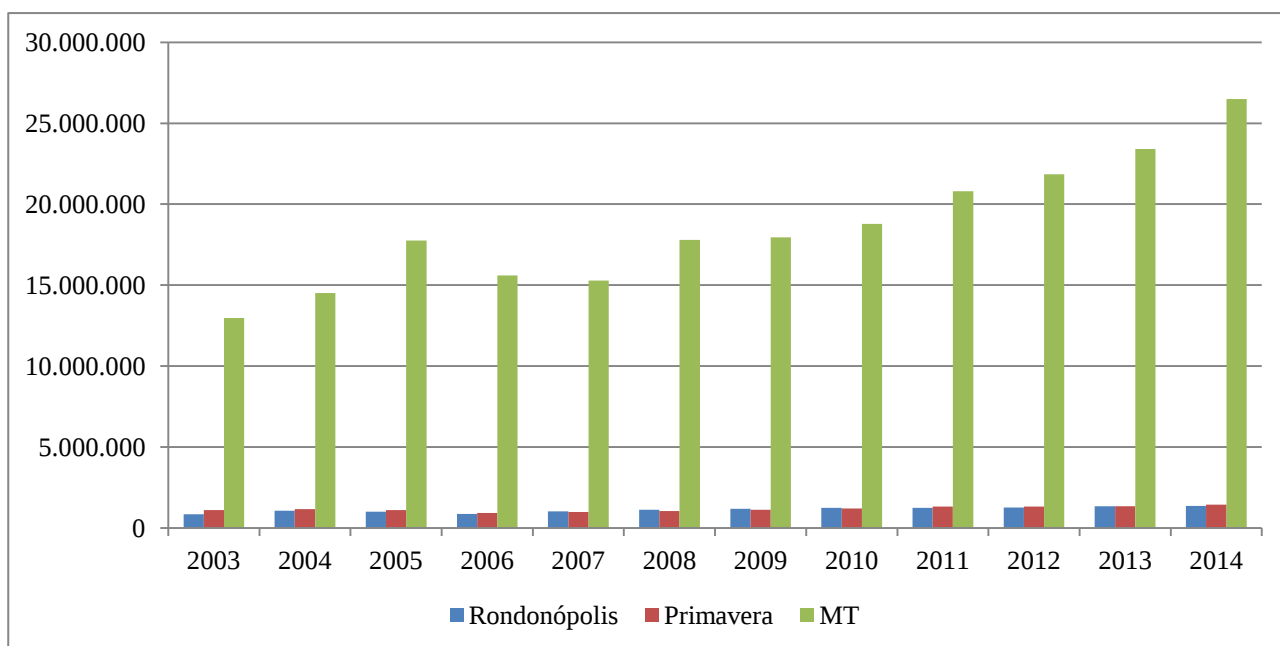


Figura 9: produção estadual de soja, e o incremento das Microrregiões de Rondonópolis e Primavera do Leste à produção (mil t).

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE).

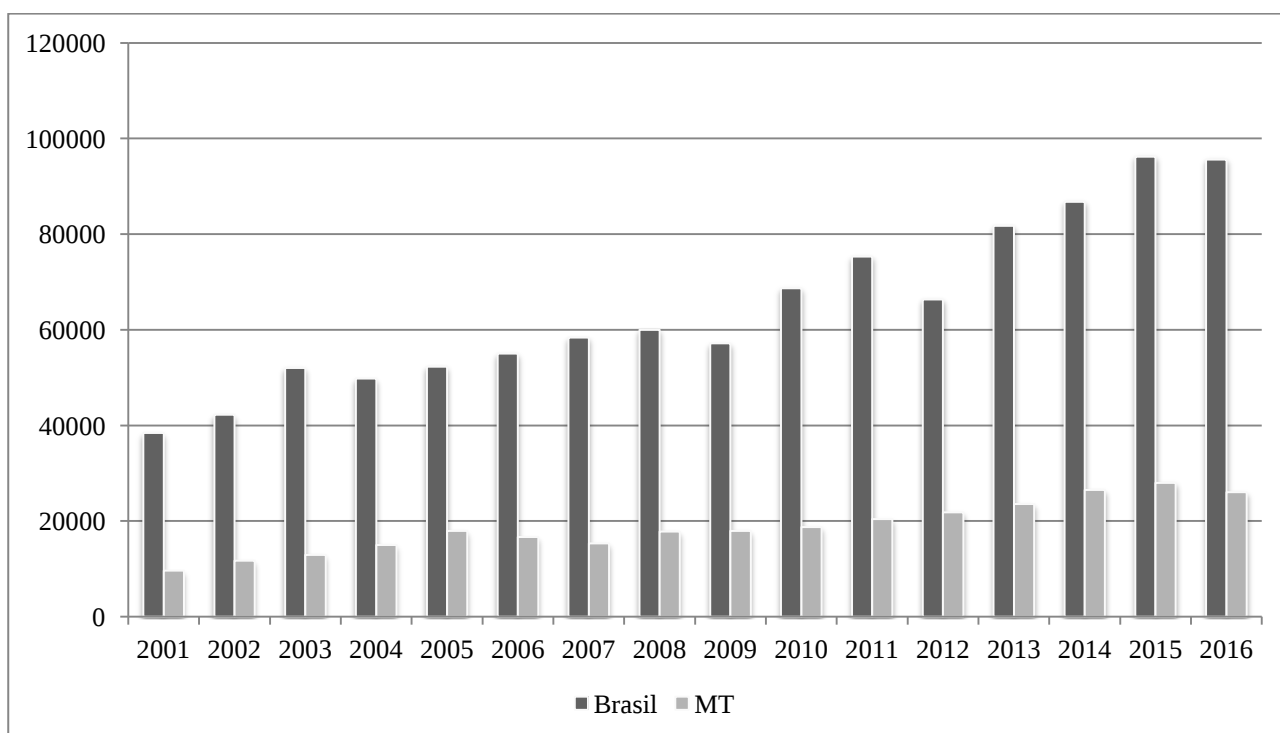


Figura 10: Evolução da Produção de Soja e a Participação de Mato Grosso (1000t).

Fonte: IBGE (2016) elaborado pelos autores.

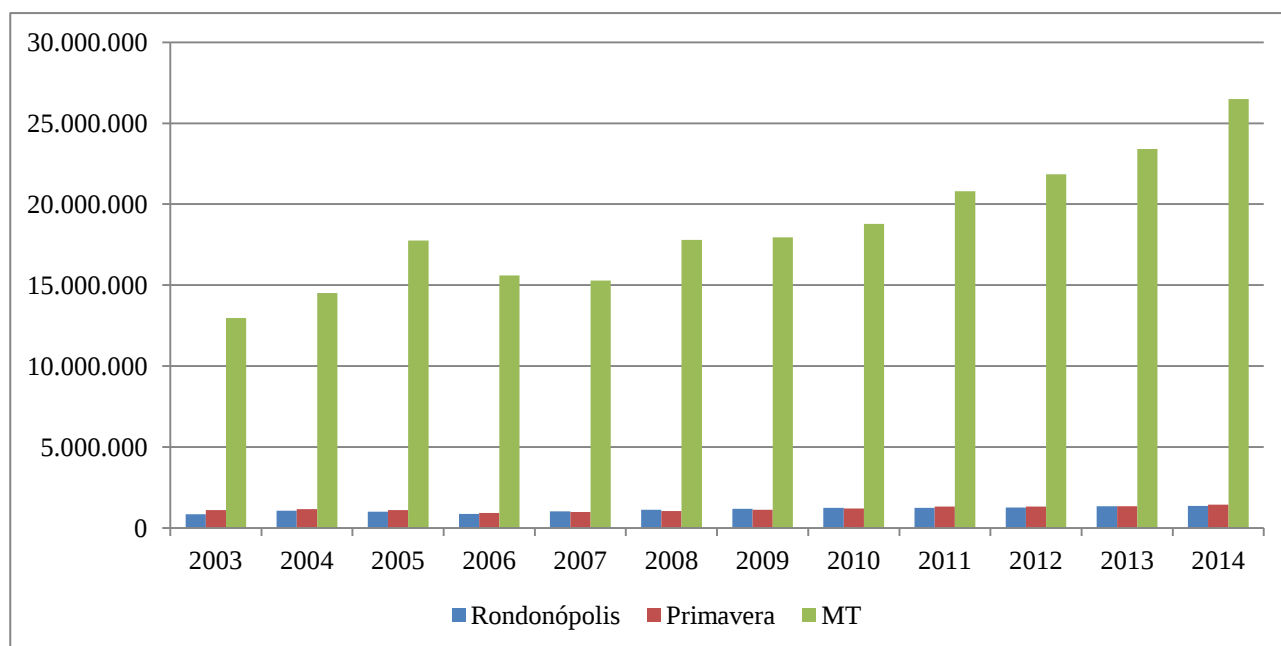


Figura 11: produção estadual de soja, e o incremento das Microrregiões de Rondonópolis e Primavera do Leste à produção (mil t).

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE).

3.1.2. Milho

A comercialização de milho mato-grossense em maio foi influenciada pela alta cotação de dólar norte-americano. A valorização da moeda norte-americana é consequência da instabilidade política nacional, fazendo com que o milho de mato-grossense se valorizasse no mercado internacional. Esse impulso se reflete nos preços, a paridade para o mês de julho 2017 foi avaliada em R\$ 10,35/sc, contrapondo a média do mês de maio que era de R\$ 9,29/sc. Em compensação, as cotações do milho na Bolsa de Chicago não registraram grandes oscilações, pelo fato de haver um excesso de oferta do cereal, gerando preocupação de que o preço do milho não aumentasse. Apesar de a moeda norte-americana ter tido implicações positivas em relação aos preços no estado de Mato Grosso, os contratos a termo continuavam a praticar o preço abaixo do mínimo estipulado para o Estado. O preço disponível fechou a semana com a queda de 3,26% e cotação média de 15,63/sc, os contratos para jul/17 na Bolsa de Chicago encerraram a média semanal com o avanço de 0,75% e cotação média de US\$ 3,72/bu, essa alta se deve, principalmente, a situação climática nos EUA. A colheita mato-grossense semanal apresentou avanço de 0,82 p.p, o que significa que houve um crescimento de 1,06% da colheita em comparação com o mesmo período de 2016, por outro lado, verificou-se que os trabalhos no campo estavam com um ligeiro atraso estimado em 0,05 p.p. em



jul/17 e o preço aumentou em 9,07%, com média de R\$ 10,23/sc. Esta valorização foi puxada pelo aumento de 2,60% de dólar frente ao real.

Concernente ao custo total, observou-se que houve um aumento na utilização de tecnologia para a produção de 2017/18, o custo está estimado em R\$ 2.580,63/ha, apresentando um ligeiro aumento de 1,1%, o que equivale R\$ 27,20 a mais por cada hectare, em relação à produção de 2016/17. Contudo, a estimativa está abaixo da safra consolidada em 2016/17, que totalizou de 2.718,55/ha. Em relação ao custo variável, constata-se um aumento de 1,0%, em contraposição do que foi realizado em março de 2017 a previsão é de 2.166,38/ha. Considerando esse custo e a produtividade média em alta tecnologia para referida safra de 120 sc/ha, portanto, o ponto de equilíbrio do preço para o Estado de Mato Grosso é simulado em 18,05/sc. Considerando ainda o preço ponderado pela comercialização e 2016/17 que foi de 17,45/SC, para que o produtor consiga cobrir os custos variáveis deve produzir a média de 124,15 sc/ha. Considerando a situação de preços baixos e custos elevados, o produtor deve levar em consideração todos os indicadores para que viabilizar a safra de 2017/18. (IMEA, 2017).

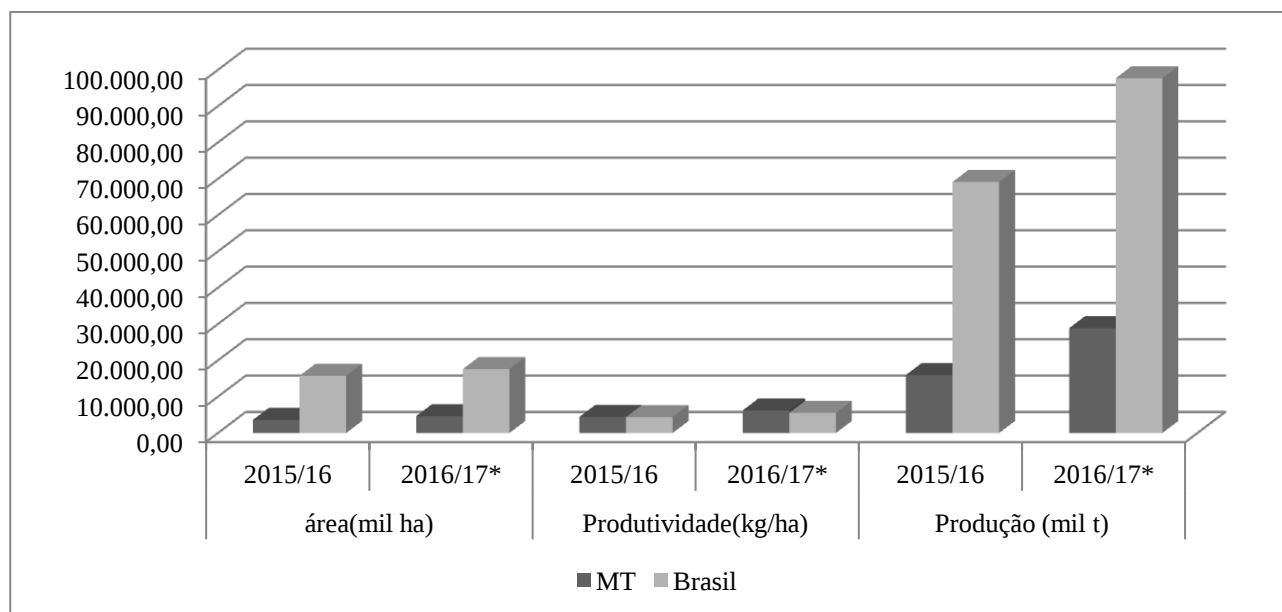


Figura 12: Comparativo de área, produtividade e produção de milho nas safras 2015/16 e 2016/2017.

*Estimativa

Fonte: IMEA (setembro de 2017) formatado pelos autores.

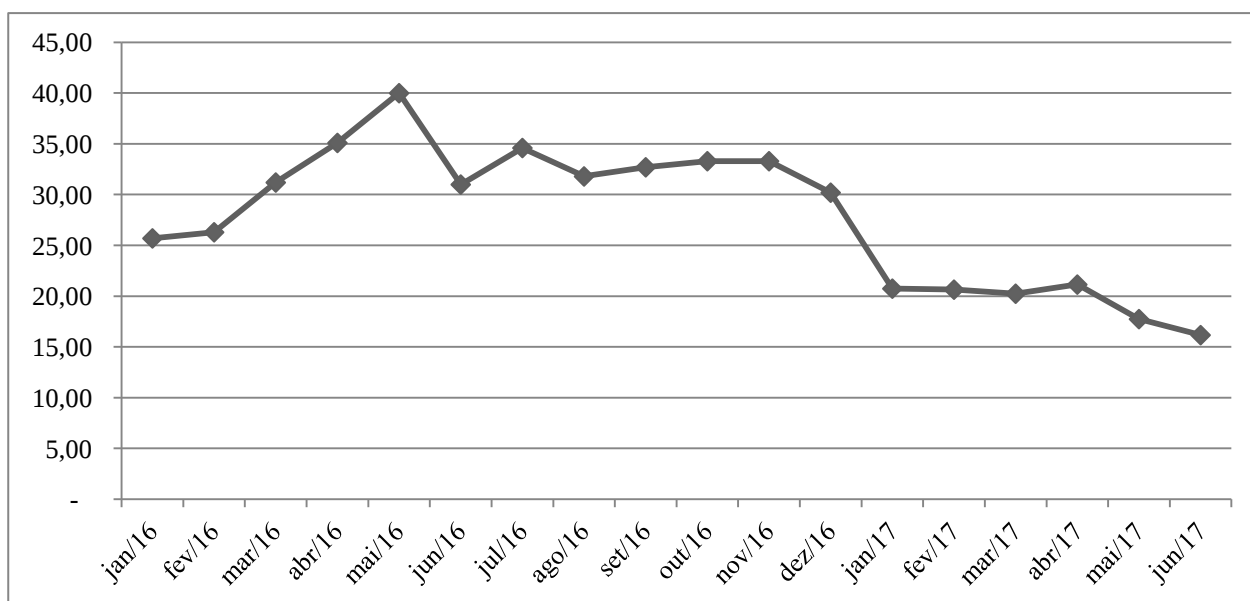


Figura 13: Evolução dos preços da saca de milho no município de Rondonópolis.

Fonte: IMEA (setembro de 2017) formatado pelos autores.

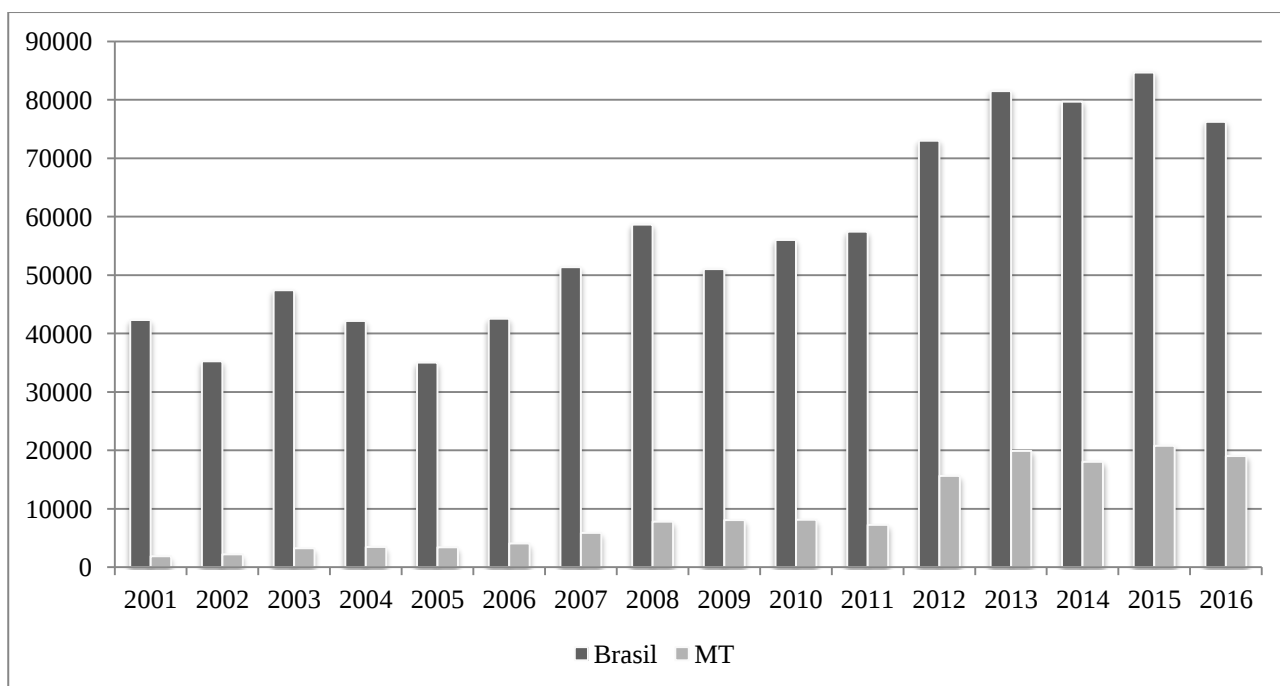


Figura 14: Evolução da Produção de Milho e a Participação de Mato Grosso (1000 t.).

Fonte: IBGE (2016) elaborado pelos autores.

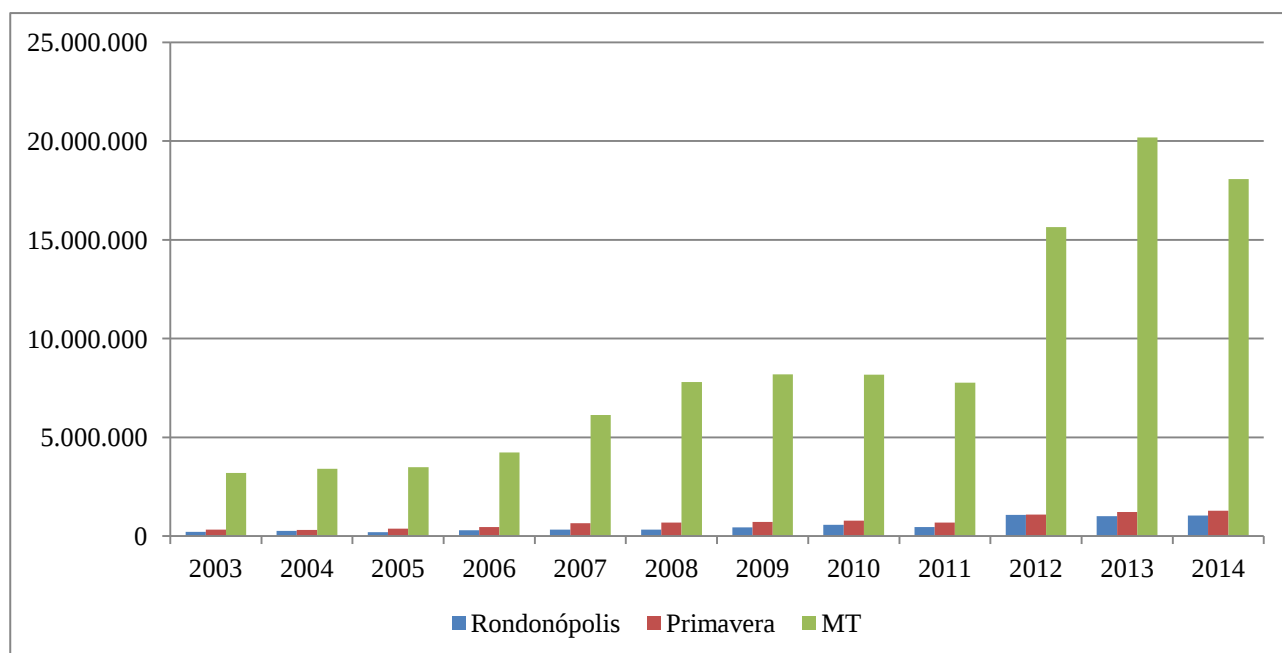


Figura 15: Produção total de milho no estado de Mato Grosso, e a participação das Microrregiões de Rondonópolis e Primavera do Leste na Produção (mil t).

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE).

3.1.3. Algodão

A pesquisa mensal de comércio divulgada pelo IBGE referente ao mês de Abril apresenta perspectivas positivas concernentes ao comércio varejista de tecidos, vestuários, e calçados. A pesquisa indica ainda que houve aumento de vendas de 3,5% dessas mercadorias entre os meses de março e abril. Destaca-se que houve um aumento 13,2%, entre o mês de abril de 2017 e o mesmo período do ano de 2016. Esse crescimento demonstra que a atividade têxtil está se recuperando paulatinamente, em decorrência dessa atividade ter apresentado, em 2016, um fraco desempenho ocasionado pela recessão econômica nacional. Segundo o IBGE, se a atividade têxtil continuar nesse ritmo de crescimento, o produtor mato-grossense poderá se beneficiar com a demanda interna do setor têxtil. Em jul/2017, a paridade fechou em queda de 2,95% e média R\$ 71,47/@. Os preços de Caroço e a torta recuaram de 4,79% e 17,25%, respectivamente, contra o preço de óleo de algodão com avanço de 2,60%. (IMEA, 2017)

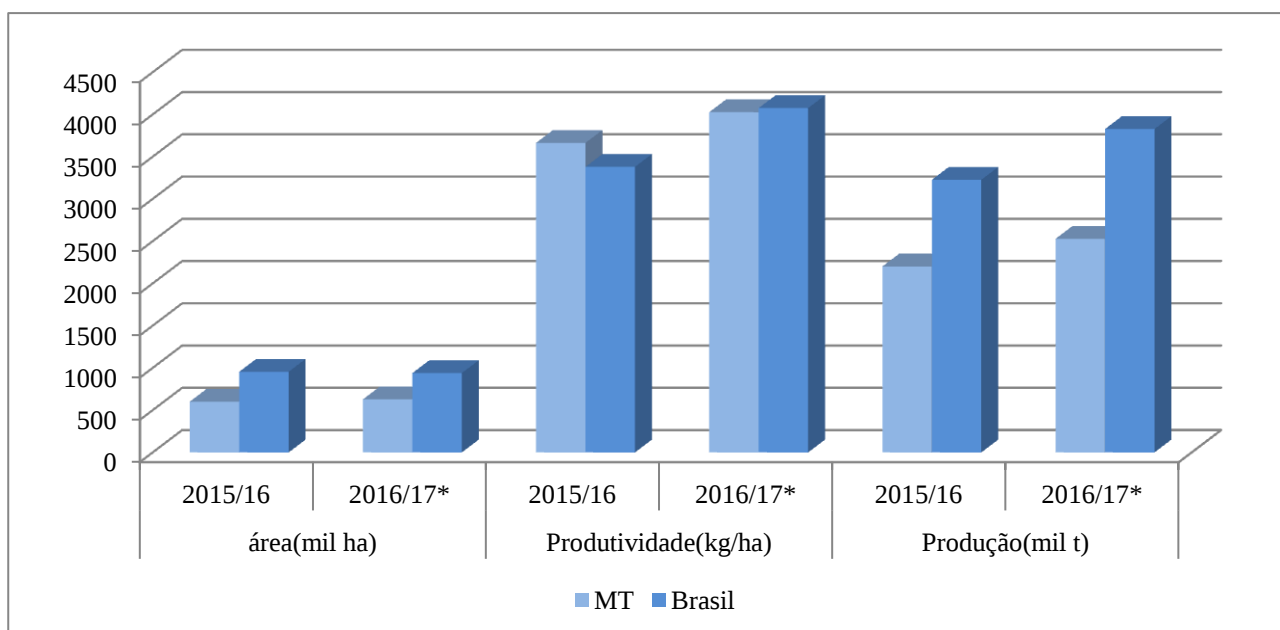


Figura 16: Comparativo de área, produtividade e produção de algodão nas safras 2015/16 e 2016/17*.

*Estimativa.

Fonte: CONAB (setembro de 2017) formatado pelos autores.

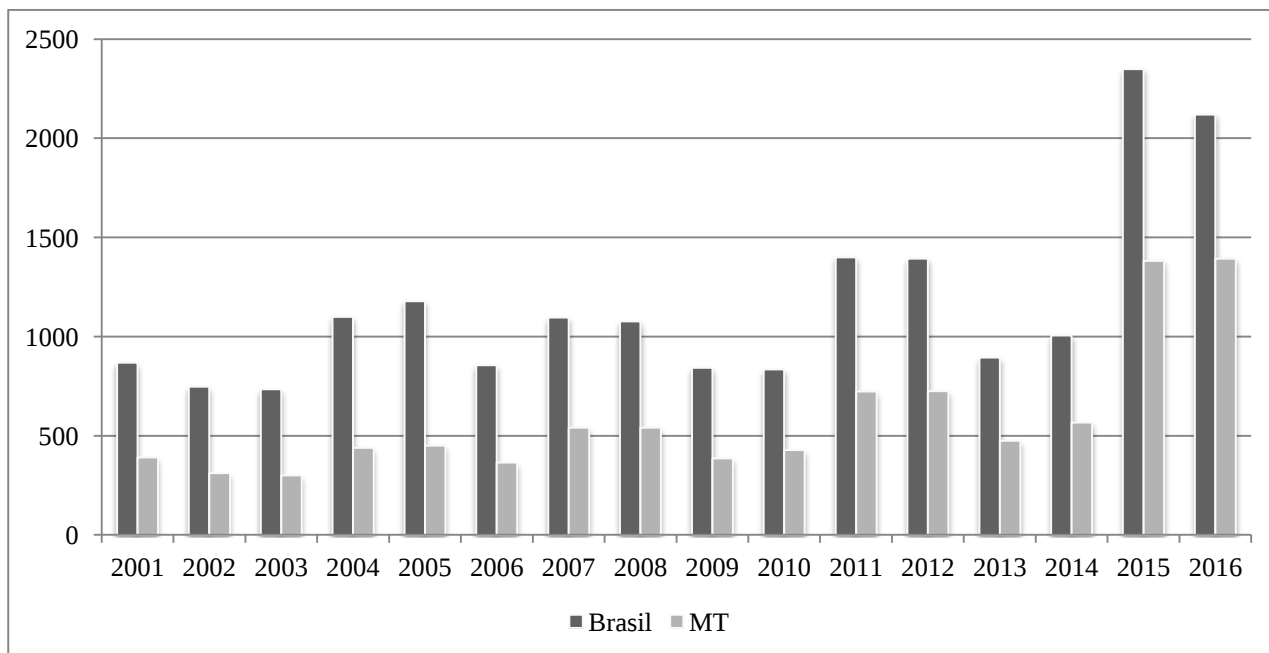


Figura 17: Evolução da Produção de Algodão em Pluma e em caroço e a Participação de Mato Grosso (1000 t).

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE).

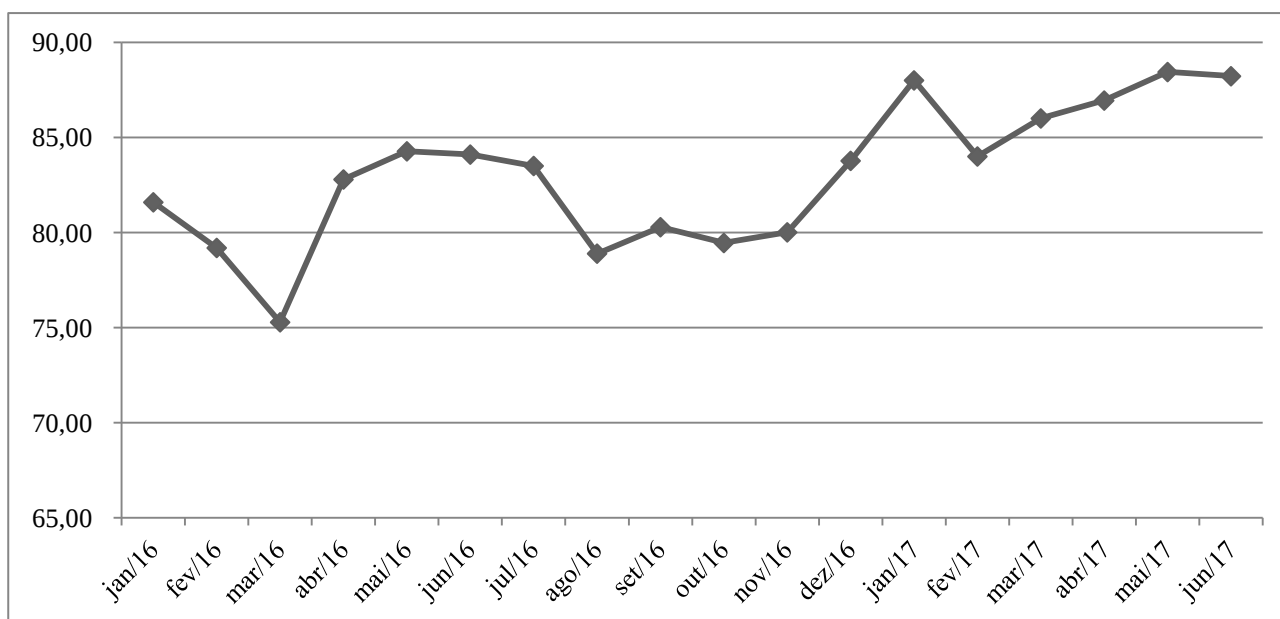


Figura 18: Evolução dos preços da arroba de algodão no município de Rondonópolis.

Fonte: IMEA (setembro de 2017) formatado pelos autores.

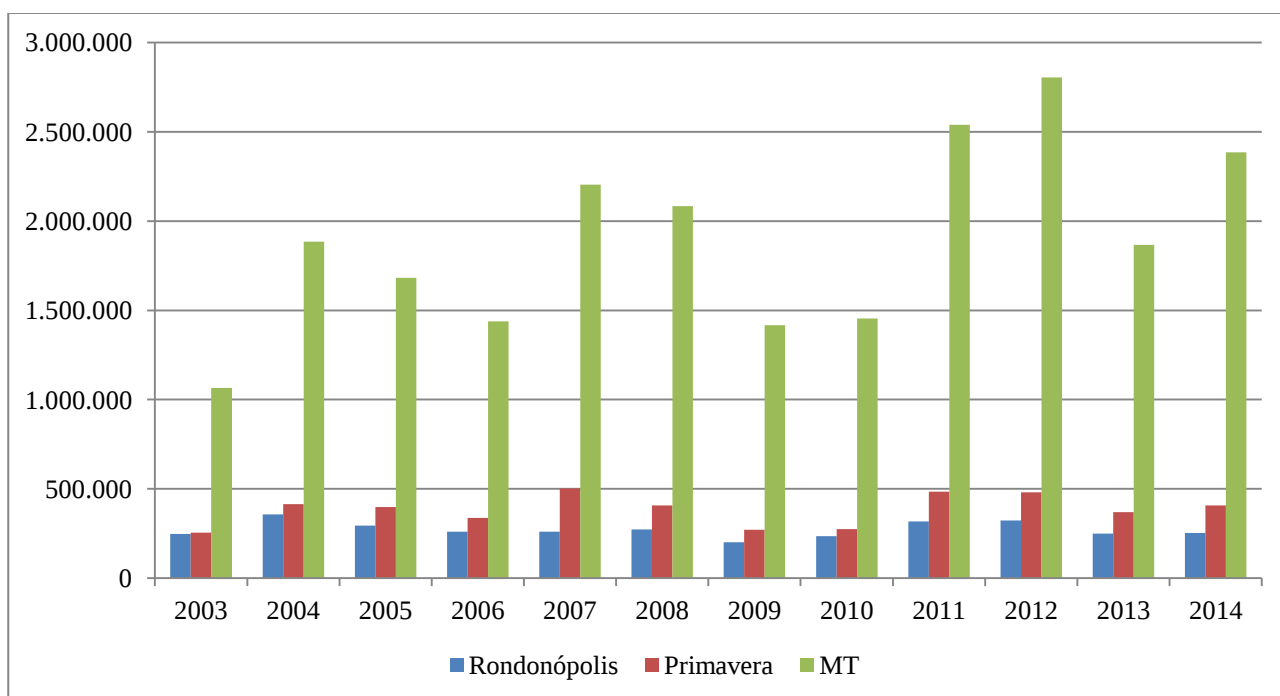


Figura 19: Produção estadual de algodão em pluma e em caroço, e a participação das Microrregiões de Rondonópolis e Primavera do Leste na produção (mil t).

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE).



3.1.4. Boi

No encerramento do segundo trimestre, o Brasil enfrentou um embargo comercial no mercado bovino. O Ministério de Agricultura suspendeu as exportações de carne para os Estados Unidos, de cinco frigoríficos. Dois dias após o anúncio dessa suspensão feita pelas autoridades brasileiras, os Estados Unidos, por sua vez, anunciaram a paralisação das importações de carne brasileira. A razão de suspensão envolvia o problema de segurança sanitária. Embora as exportações para os Estados Unidos representem apenas 2,79% do volume total exportado, isto é, uma participação na exportação pouco significativa, a imagem brasileira é “arranhada” no cenário internacional. É importante salientar que os norte-americanos são um dos maiores consumidores de carne bovina do mundo e o mais exigente. Perante esse cenário, os preços do boi gordo encerrou o trimestre em queda. (IMEA, 2017).

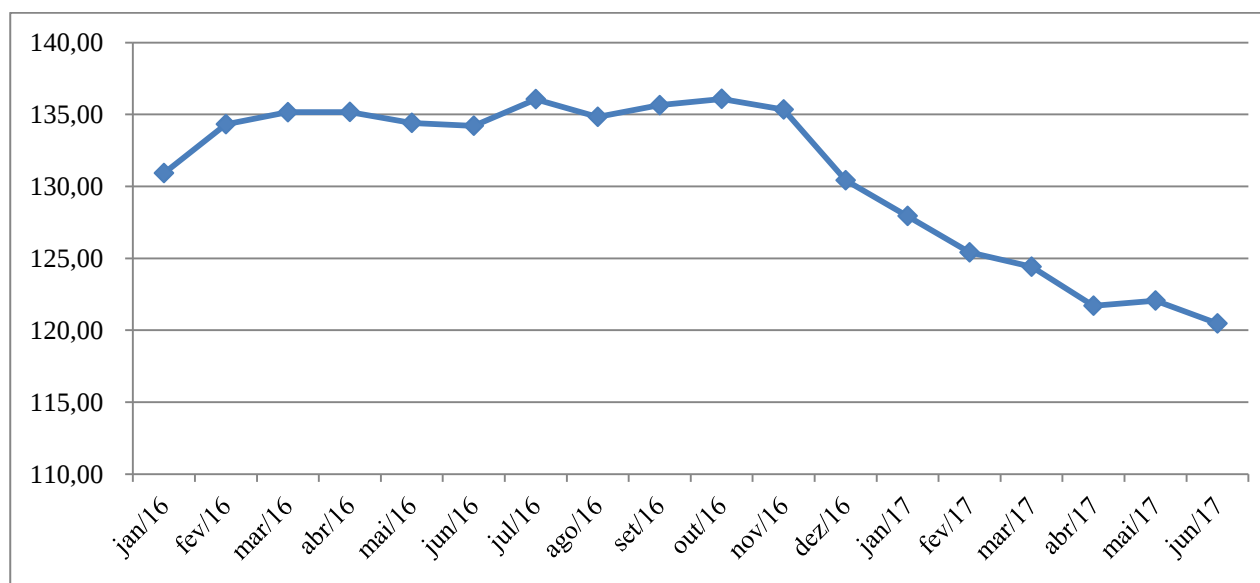


Figura 20: Evolução dos preços da arroba do Boi Gordo no município de Rondonópolis.
Fonte: IMEA (setembro 2017) formatado pelos autores.

3.2. Setor Externo

3.2.1. Balança Comercial

A Tabela 16 apresenta o desempenho da Balança Comercial para o estado de Mato Grosso. A Balança Comercial registra as transações econômicas referentes às exportações e importações. O



saldo dessa Balança demonstra o valor das exportações líquidas, isto é, a diferença entre exportações e importações. Se o saldo é positivo, registra-se superávit comercial. Caso contrário, registra-se déficit comercial.

O desempenho da Balança Comercial mato-grossense durante o primeiro trimestre do ano de 2017 foi positivo. Registra-se, no período, um superávit comercial de US\$ 7,25 bilhões.

Tabela 16: Balança Comercial de Mato Grosso (US\$ 1.000 FOB)

Trimestre	Mês	Exportações	Importações	Saldo
2º Trimestre/16	Abril	1.515.058	124.237	1.390.822
	Maio	1.586.567	96.121	1.490.446
	Junho	1.312.362	141.376	1.170.985
3º Trimestre/16	Julho	1.071.757	115.929	955.828
	Agosto	954.911	124.025	830.886
	Setembro	799.617	81.107	718.510
4º Trimestre/16	Outubro	525.343	51.998	473.345
	Novembro	509.791	78.810	430.981
	Dezembro	510.780	81.463	429.317
1º Trimestre/17	Janeiro	705.236	100.833	604.403
	Fevereiro	991.785	123.592	868.194
	Março	1.581.135	137.336	1.443.799
2º Trimestre/17	Abril	1.612.544	125.970	1.486.574
	Maio	1.631.304	116.893	1.514.411
	Junho	1.524.113	194.211	1.329.902

Fonte: MDIC.

3.2.2. Exportações por Fator Agregado

A Tabela 17 evidencia as exportações mato-grossenses por fator agregado. Observa-se que a pauta exportadora do estado de Mato Grosso é constituída, predominantemente, de produtos básicos. O valor exportado desses produtos, no segundo trimestre do ano de 2017, representava 96,54% do valor das exportações totais de Mato Grosso.

O valor exportado de produtos industrializados, por sua vez, representou 3,45% do valor das exportações totais de Mato Grosso no segundo trimestre do ano de 2017. Ademais, 75,85% do valor das exportações de produtos industrializados referem-se aos produtos semimanufaturados. Somente 24,15% do valor das exportações de produtos industrializados referem-se de fato aos produtos manufaturados.



Tabela 17: Exportações por Fator Agregado (US\$ 1.000 FOB).

Fator Agregado	3º Trimestre/16	4º Trimestre/16	1º Trimestre/17	2º Trimestre/17
Básicos	2.678.164	1.442.460	3.163.383	4.603.016
Industrializados	148.121	103.455	114.778	164.945
Semimanufaturados	105.608	72.083	85.999	125.116
Manufaturados	42.512	31.372	28.779	39.829
Exportações Totais	2.826.285	1.545.915	3.279.074	4.767.961

Fonte: MDIC.

3.2.3. Importações por Fator Agregado

As importações por fator agregado do estado de Mato Grosso no segundo trimestre do ano de 2017 são apresentadas na Tabela 18. Vê-se que a pauta importadora da economia mato-grossense é constituída basicamente de produtos industrializados, o que corrobora a característica primário-exportadora dessa economia – exporta produtos básicos e importa produtos industrializados.

O valor das importações de bens industrializados, no segundo trimestre do ano de 2017, correspondia a 93,00% do valor das importações totais. Na categoria dos produtos industrializados, destacam-se as importações de bens manufaturados: 51,28% do valor das importações de produtos industrializados correspondiam às importações de bens manufaturados.

Tabela 18: Importações por Fator Agregado (US\$ 1.000 FOB).

Fator Agregado	3º Trimestre/16	4º Trimestre/16	1º Trimestre/17	2º Trimestre/17
Básicos	3.718	2.051	4.234	28.937
Industrializados	317.342	210.220	357.526	408.137
Semimanufaturados	148.914	45.656	94.624	198.806
Manufaturados	168.428	164.564	262.902	209.331
Importações Totais	321.060	212.271	361.761	437.074

Fonte: MDIC.

3.2.4. Principais Países de Destino

A Tabela 19 evidencia os principais países de destino das exportações mato-grossenses entre janeiro e junho do ano de 2017. A China absorveu, neste período, 46,39% das exportações da economia mato-grossense, constituindo, assim, o principal mercado comprador de produtos mato-grossenses.



Tabela 19: Exportações: Principais Países de Destino, 2017 (Jan/Jan) – US\$ FOB.

Países	Exportação	Participação %
China	3.732.712.278	46,39
Tailândia	596.089.980	7,41
Países Baixos (Holanda)	552.839.989	6,87
Espanha	422.308.360	5,25
Irã	358.933.989	4,46
Indonésia	316.393.036	3,93
Rússia	179.803.136	2,23
Hong Kong	159.510.417	1,98
Turquia	136.616.928	1,70
Vietnã	122.277.933	1,52

Fonte: MDIC.

Nota: A participação % refere-se à participação do valor exportado para os respectivos países em relação ao valor das exportações totais.

3.2.5. Principais Produtos Exportados

Os principais produtos exportados pela economia mato-grossense ao longo do primeiro semestre de 2017 são apresentados por intermédio da Tabela 20. Neste período, a soja triturada apresenta-se como o principal produto de exportação do estado de Mato Grosso. A exportação dessa *commodity* representou 67,77% das exportações totais, alcançando o expressivo valor de US\$ 5,45 bilhões. Essas informações revelam um elevado grau de concentração da pauta de exportação da economia de Mato Grosso. O elevado grau de concentração da pauta exportadora associado com as informações do item 2.3.6 dessa análise resulta em um cenário de vulnerabilidade econômica externa.

Tabela 20: Principais Produtos Exportados, 2017 (Jan/Jun) – US\$ FOB.

Produtos	Exportação	Participação%
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	5.453.181.069	67,77
Bagaços e outs.resíduos sólidos, da extr.do óleo de soja	885.311.492	11,00
Carnes desossadas de bovino, congeladas	399.144.803	4,96
Milho em grão, exceto para semeadura	280.719.715	3,49
Farinhas e "pellets", da extração do óleo de soja	226.574.542	2,82
Algodão simplesmente debulhado, não cardado nem penteado	220.891.511	2,75
Óleo de soja,em bruto,mesmo degomado	96.127.744	1,19
Carnes desossadas de bovino, frescas e congeladas	67.271.168	0,84
Outras carnes de suíno, congeladas	51.265.164	0,64
Pedaços e miudezas, comest. de galos/galinhas, congelados	50.492.702	0,63

Fonte: MDIC.



Excluindo a soja, podem-se elencar outros nove principais produtos exportados, conforme demonstra a Tabela 20. O valor exportado desses nove produtos, em conjunto, representou 32,23% do valor das exportações totais. Dentre os nove produtos, destacam-se: Bagaços e outs.resíduos sólidos, da extr.do óleo de soja (11,00% das exportações totais); Carnes desossadas de bovino, congeladas 4,96% das exportações totais).

3.2.6. Principais Produtos Importados

A Tabela 21 mostra os principais produtos importados pela economia de Mato Grosso entre janeiro e junho do ano de 2017. Dentre os dez produtos listados, destacam-se: outros cloretos de Potássio; Ureia com teor de nitrogênio>45% em peso; Outs. adubos/fertiliz.miner.quim.c/nitrogênio e fósforo. O valor importado desses três produtos correspondeu a 66,88 % do valor das importações totais de Mato Grosso.

Tabela 21: Principais Produtos Importados, 2017 (Jan/Jun) – US\$ FOB.

Produtos	Importação	Participação %
Outros cloretos de Potássio	292.225.546	36,58
Ureia com teor de nitrogênio>45% em peso	133.391.414	16,70
Outs. adubos/fertiliz.miner.quim.c/nitrogênio e fósforo	124.618.221	15,60
Diidrogeno-ortofosfato de amônio,incl.mist.hidrogen.etc	65.136.575	8,15
Sulfato de amônio	54.840.590	6,87
Gás natural no estado gasoso	25.233.805	3,16
Adubos ou fertilizantes c/nitrogênio, fósforo e potássio	17.026.019	2,13
Superfosfatos, que contenham, em peso, 35% ou mais	14.213.404	1,78
Outros superfosfatos	11.689.247	1,46
Outs. inseticidas, apresentados de outro modo	5.462.017	0,68

Fonte: MDIC.

4. CONJUNTURA ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS

4.1. Mercado de Trabalho

A Figura 21 evidencia a dinâmica do mercado de trabalho do município de Rondonópolis entre outubro de 2010 e julho de 2017. Conforme os dados do CAGED, no período considerado, foram admitidos 201.481 trabalhadores. No mesmo período, por sua vez, 202.058 trabalhadores foram desligados. Essas informações permitem inferir um saldo líquido negativo (Admissões – Desligamentos) igual a 577.

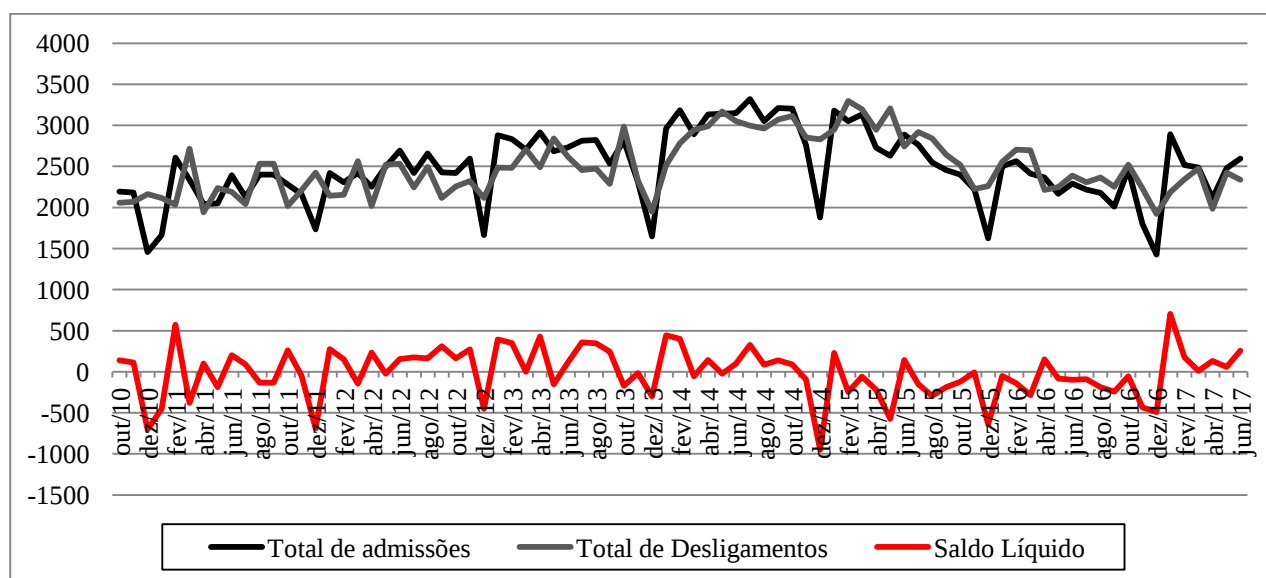


Figura 21: Mercado de Trabalho em Rondonópolis: Admissões, Desligamentos e Saldo Líquido.
Fonte:Elaboração dos autores com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados(CAGED).

A Tabela 22 apresenta a dinâmica do emprego por setor de atividade econômica do município de Rondonópolis ao longo do período 2007 a 2017. Nesta tabela pode-se observar que a geração de emprego é significativa nesse período. Ao longo do primeiro semestre de 2017, registra-se perdas das vagas de emprego, devido ao fraco desempenho econômico regional e nacional. O setor que mais demitiu foi o comércio fechando 160 vagas. Em comparação com o ano anterior alguns setores registraram crescimento no número de admissão, como a indústria de transformação (325) seguido da construção civil (382), e o setor de serviços (673), sendo este último o que gerou mais emprego no município de Rondonópolis.



Tabela 22: Dinâmica do Emprego no Município de Rondonópolis no Período 2007 – 2017¹

ATIVIDADE ECONÔMICA	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Extrativa Mineral	-9	-2	2	3	15	15	-4	-14	9	-6	-3
Indústria de Transformação	885	238	254	685	297	887	238	-246	-1.140	-176	325
Serviço Industrial de Utilidade Pública	6	-1	5	153	14	1	-22	3	127	71	-4
Construção Civil	236	-445	-355	316	369	168	501	-52	-699	-112	382
Comércio	242	570	23	489	519	260	603	226	-1.049	-175	-160
Serviços	219	410	268	651	981	1087	1.344	578	587	-1540	673
Administração Pública	1	-1	0	-1	0	0	0	0	-1	-6	0
Agropecuária	-139	-51	90	224	123	-147	15	108	40	-67	121
TOTAL	1.441	718	287	2.520	2.318	2.271	2.675	603	-2.126	-2.011	1334

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (CAGED).

A Figura 22 apresenta a distribuição dos postos de trabalho formais por setor de atividades (Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Serviço a Indústria, Construção Civil, Comércio, Serviços, Administração Pública e Agropecuária) no município de Rondonópolis em 2011 e 2016. Observa-se que o mercado de trabalho formal no ano de 2016 na economia de Rondonópolis totaliza um saldo líquido, variação entre admitidos e demitidos, de perda de 2.011 de vagas no mercado de trabalho. Verifica-se também que setor de Serviço Industrial de Utilidade Pública foi o setor com o maior volume de empregos em 2015, totalizando um saldo líquido positivo de 71 postos de trabalho. Observe que no ano de 2011, o número de postos de trabalho apresenta resultados positivos em todos os setores da economia municipal, porque em 2011 a atividade econômica rondonopolitana estava em fase de expansão.

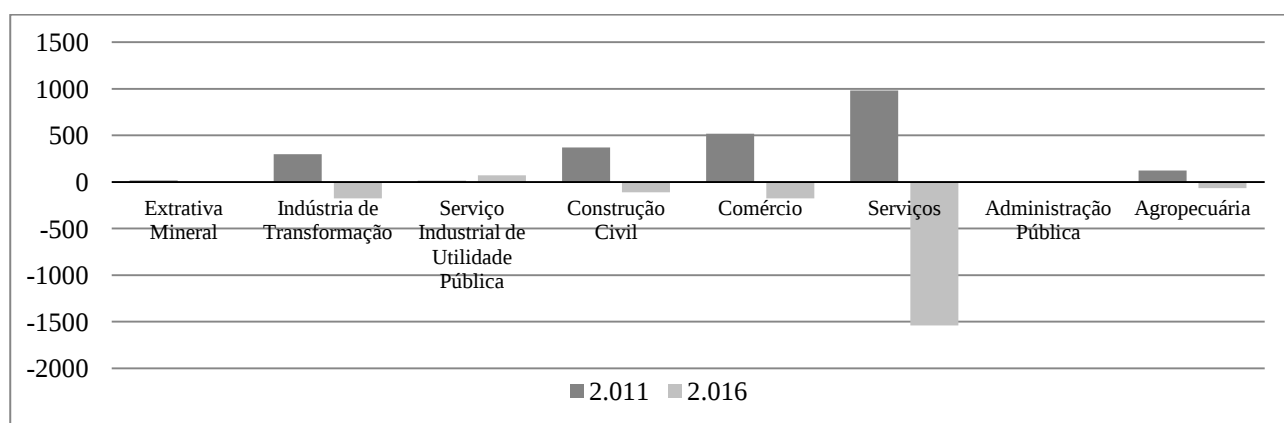


Figura 22: Distribuição dos postos de trabalho formais por setor de atividades no município de Rondonópolis em 2011 e 2016.

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (CAGED).

¹ O ano de 2017 se refere somente aos meses de Janeiro a Junho.

4.2. Setor Externo

4.2.1. Balança Comercial

A balança comercial do município de Rondonópolis registrou saldo positivo em todos os anos ao longo do período 2000-2017, conforme pode ser observado na Figura 23. O superávit comercial médio da economia de Rondonópolis ao longo dos anos 2000-2017 foi cerca de US\$ 356,59 milhões. A pauta de exportação dessa economia concentra-se basicamente em produtos primários, a saber: Tortas e Outros Resíduos Sólidos da Extração do Óleo de Soja (US\$ 452,88 milhões); Soja, mesmo triturada (US\$ 75,50 milhões); Carnes de animais da espécie bovina, congeladas (US\$ 25,50 Milhões), Algodão, não cardado nem penteado (US\$ 16,12 milhões); Óleo de soja e respectivas facções, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados (US\$ 6,88 milhões).

A pauta de importação, por sua vez, é composta basicamente de fertilizantes agrícolas. Os cinco principais produtos importados pela economia de Rondonópolis são os seguintes: Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, potássios (US\$ 169,09 milhões); Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, azotados (US\$ 126,15 milhões); Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, contendo dois ou três dos seguintes elementos fertilizantes: azoto (nitrogénio), fósforo e potássio; outros adubos (fertilizantes); produtos do presente capítulo (US\$ 98,93 milhões); Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, fosfatados (US\$ 11,23 milhões); Fosfatos de cálcio naturais, fosfatos alumino cálcicos naturais e pré-fosfatado (US\$ 1,18 milhões).

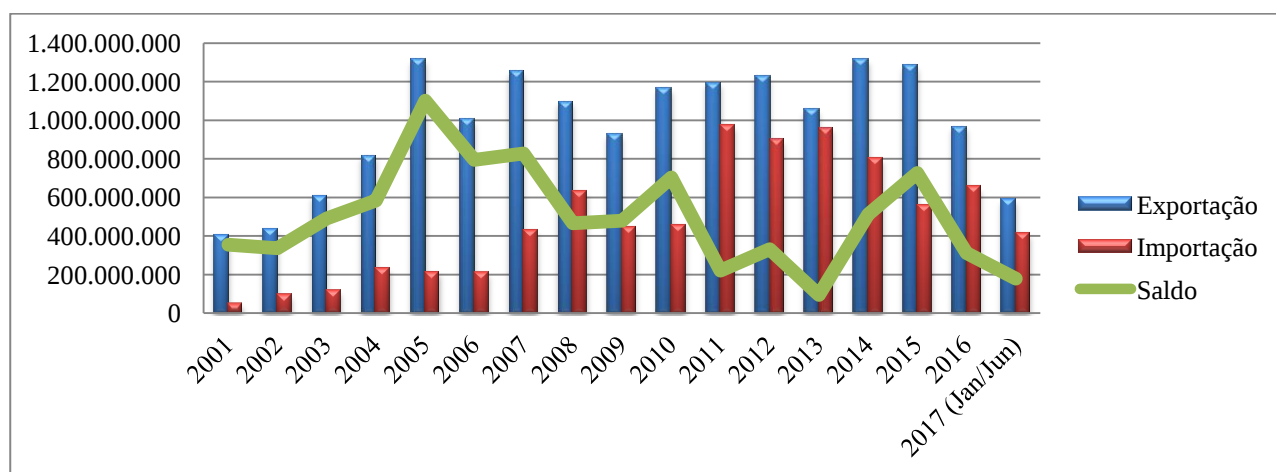


Figura 23: Evolução da Balança Comercial de Mato Grosso (2000 – 2017).

Fonte: MDIC.

O desempenho positivo da balança comercial do município de Rondonópolis resultou, entre outros fatores, do aumento dos preços internacionais das *commodities* no decorrer da década de 2000. A evolução do Índice de Preços de *Commodities* Primárias (*Index of Primary Commodity Prices* ou IPCP) é evidenciada na Figura 22. Esse indicador é publicado regularmente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) por meio da ponderação da participação das principais *commodities* no total exportado mundialmente dentro desta categoria.

Ao analisar a evolução do índice, observa-se que o mesmo cresceu ininterruptamente no período 2001-2008. No confronto 2008/2001, verifica-se um crescimento de 195%. Essa tendência ascendente do indicador foi consequência do ciclo de expansão da economia internacional, especialmente da demanda das principais economias emergentes por *commodities* brasileiras. No biênio 2008-2009, entretanto, o Índice de Preços de *Commodities* Primárias decresceu cerca de 30% devido aos efeitos da crise financeira global, iniciada no setor imobiliário da economia norte-americana. Contudo, o crescimento do Índice é retomado no ano de 2010, mantendo um crescimento estável de 2011 ao início de 2014. A partir de 2014, até o último semestre de 2016 o valor do índice apresentou declínio, devido a desaceleração da atividade econômica mundial e o excesso de oferta de produtos primários no mercado externo. Entretanto, a partir do primeiro semestre do ano de 2017, observou-se uma valorização do índice.

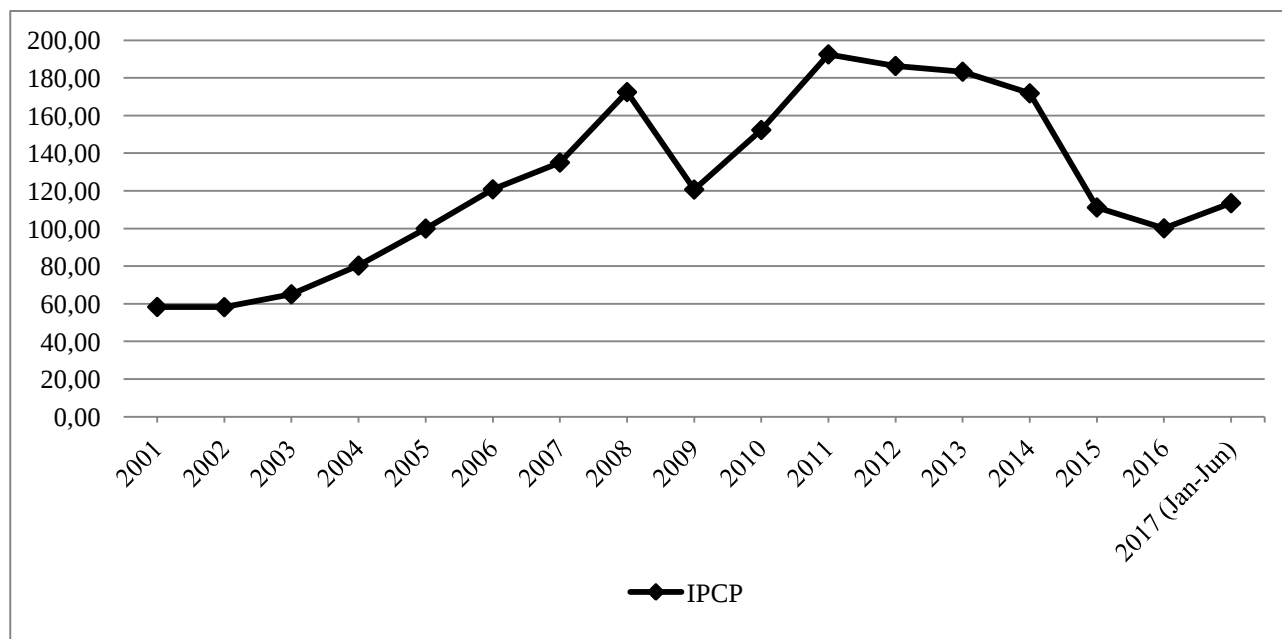


Figura 24: Índice de Preços de *Commodities* Primárias - IPCP (2001 – Jun/2017)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do FMI (Fundo Monetário Internacional).

Nota: 2005 = 100, em termos de dólares americanos.

4.3. Atividade Econômica

4.3.1. Consumo de Energia Elétrica

A Figura 25 apresenta a evolução do consumo de energia elétrica no município de Rondonópolis entre dezembro de 2010 e junho de 2017. A figura evidencia três séries de dados, a saber: consumo industrial, consumo comercial e consumo rural.

Observa-se que o consumo industrial apresentou um crescimento de 4,08%, se comparado o segundo trimestre de 2017 com o primeiro trimestre do mesmo ano. O desempenho do consumo de energia elétrica industrial no decorrer do segundo trimestre do ano de 2017 mostrou-se positivo em relação ao mesmo período de 2016. O crescimento entre os referidos trimestres foi de 6,16%.

Com relação à segunda série de dados (consumo comercial), pode-se notar que entre o segundo trimestre do ano de 2017 e o primeiro trimestre do mesmo ano, houve um crescimento no consumo comercial de 10,89%. No segundo trimestre de 2017, em relação ao mesmo no ano de 2016, houve um aumento de 7,80% no consumo.

Com relação à terceira série de dados (consumo rural), pode-se notar um aumento de aproximadamente 9,86% no consumo rural, entre o segundo trimestre de 2017 e o primeiro trimestre de 2017. Entre o segundo trimestre de 2017 e o mesmo período de 2016 houve um crescimento de 13,33% no consumo de energia elétrica rural.

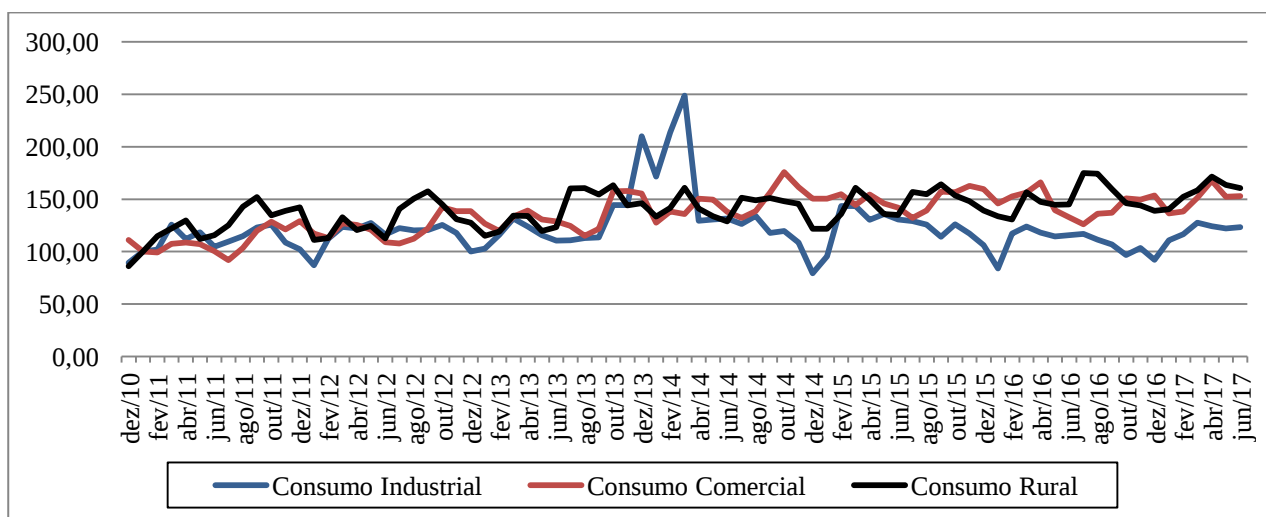


Figura 25: Evolução do Consumo de Energia Elétrica (Industrial, Comercial e Rural) no Município de Rondonópolis ao Longo do Período (Dez/2010 - Jun/2017) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).

Fonte: Calculado pelos autores com base nos dados fornecidos pela ENERGISA.

A Figura 26 apresenta três séries de dados: consumo do poder público, consumo da iluminação pública e consumo do serviço público. Com relação à primeira série de dados, percebe-se que a comparação entre o segundo trimestre do ano de 2017 e o primeiro do mesmo ano houve um aumento no consumo de 28,85%. Entretanto, ao observar a série torna-se evidente o seu padrão cíclico. Geralmente, temos um trimestre de aumento seguido de um trimestre de queda. O consumo do segundo trimestre de 2017, frente ao mesmo período em 2016, teve um aumento de 9,72%.

Com relação à segunda série de dados, vê-se que o saldo entre o primeiro trimestre de 2017 e o quarto trimestre de 2016 teve um pequeno crescimento de 0,95% no consumo. O consumo do segundo trimestre de 2017, em relação ao mesmo período de 2016, registrou-se uma queda de 0,11%.

O desempenho do consumo do serviço público apresentou um aumento de 2,73%, entre o segundo trimestre de 2017 e o primeiro trimestre do mesmo ano; e se observado o mesmo período do ano de 2016, em comparação com o segundo trimestre de 2017, nota-se uma leve crescimento de 1,09% na série.

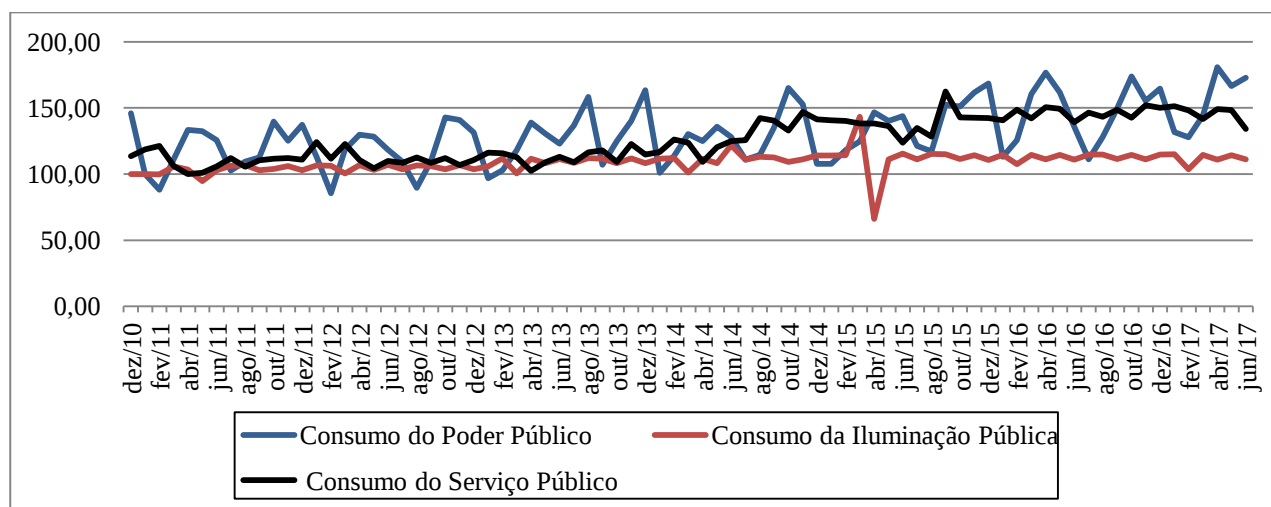


Figura 26: Evolução do Consumo Elétrica (Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público) no Município de Rondonópolis ao Longo do Período (Dez/2010 - Jun/2017) - Número - Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).

Fonte: Calculado pelos autores com base nos dados fornecidos pela ENERGISA.

A Figura 27, por sua vez, apresenta a evolução do consumo residencial de energia elétrica no município de Rondonópolis entre os meses de dezembro de 2010 a junho de 2017. Podemos perceber que, em geral, o consumo diminui no primeiro semestre e aumenta no segundo semestre. Possivelmente este efeito sazonal é resultado da variação climática no município que determina o

segundo semestre, especialmente entre setembro e novembro, com meses de maior temperatura e clima seco, o que pressiona o consumo de energia elétrica residencial. Verifica-se que o consumo de eletricidade no segundo trimestre de 2017 frente ao primeiro trimestre do mesmo ano houve um crescimento de 3,90%. Comparado o segundo trimestre de 2017, com o mesmo período de 2016, nota-se um aumento de 7,85% no consumo de energia elétrica do município.

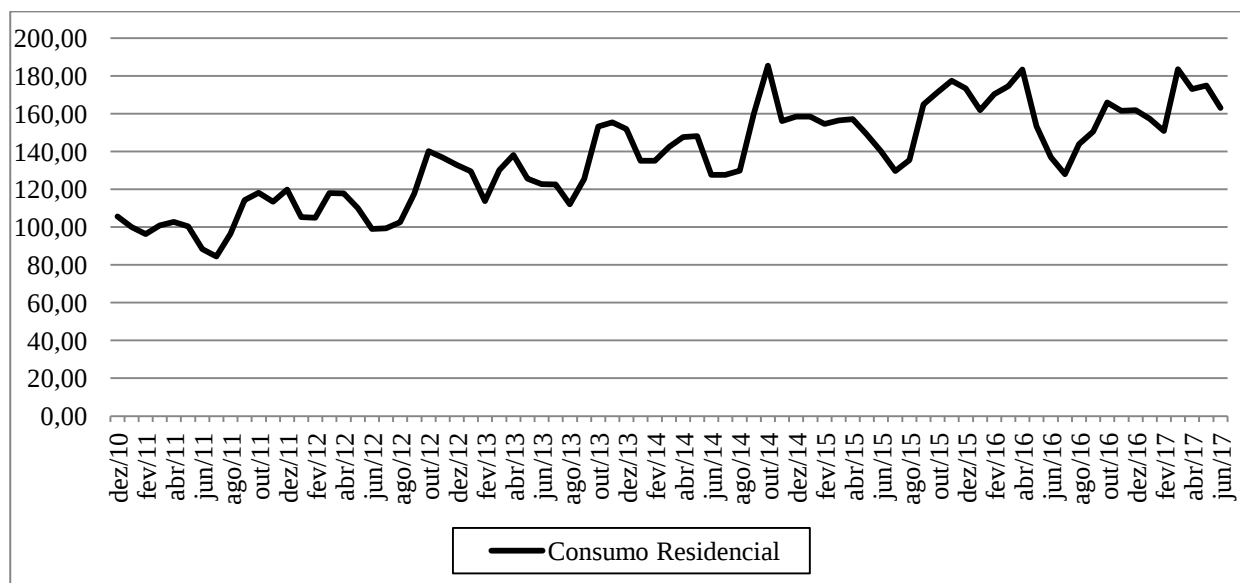


Figura 27: Evolução do Consumo de Energia Elétrica (Consumo Residencial e Consumo Próprio) no Município de Rondonópolis ao Longo do Período (Dez/2010 - Jun/2017) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).

Fonte: Calculado pelos autores com base nos dados fornecidos pela ENERGISA.

4.3.2. Consumo de Água

A Figura 28 apresenta a evolução do consumo de água no município de Rondonópolis entre dezembro de 2010 a junho de 2017. A comparação entre o segundo trimestre do ano de 2017 frente ao mesmo período de 2016 mostra que houve um crescimento no consumo de água de 3,66%. Em relação ao segundo trimestre de 2017 e o primeiro trimestre do ano, o consumo de água registrou um aumento de 8,12%.

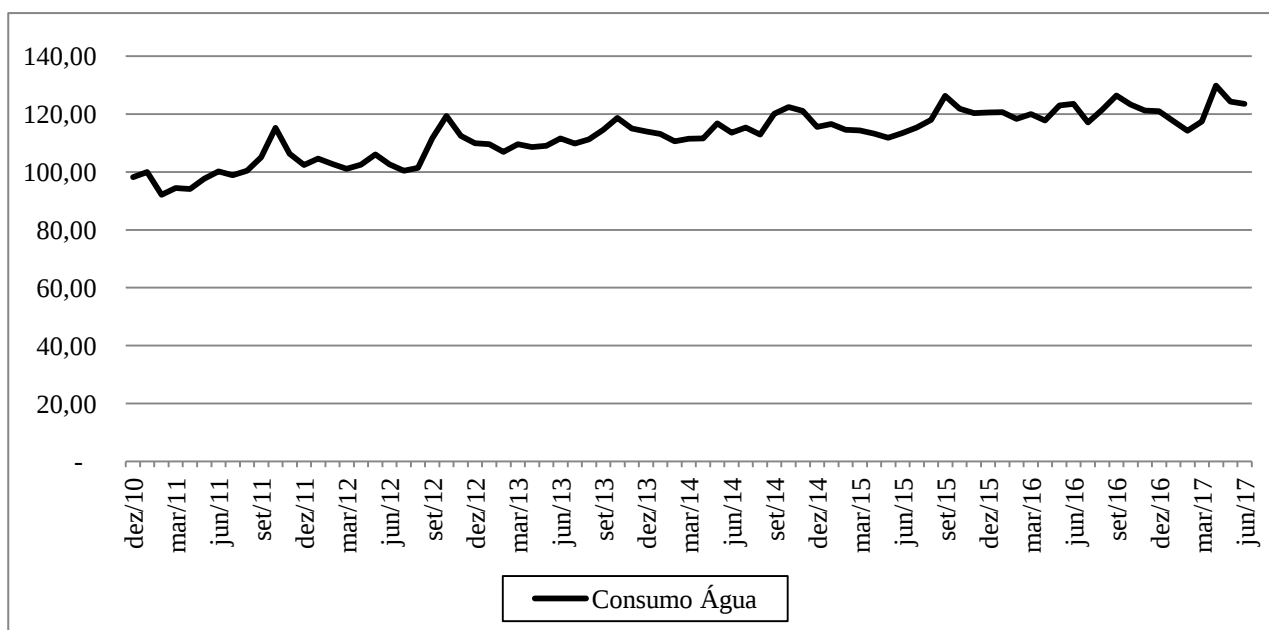


Figura 28: Dados sobre o consumo de água (Set/2010 - Mar/2017).

Fonte: Calculado pelos autores com base nos dados fornecidos pela SANEAR.

4.3.3. Número de Consultas no Crediconsult

A Figura 29 apresenta a quantidade de registros inclusos no Crediconsult entre junho de 2013 e junho de 2017. A Figura mostra que o saldo entre o segundo trimestre do ano de 2017 e o mesmo período de 2016 houve um aumento da quantidade de registros inclusos de aproximadamente 78,67%. Entre o segundo trimestre de 2017 e o primeiro trimestre do ano houve um crescimento, um acréscimo de 39,69%.

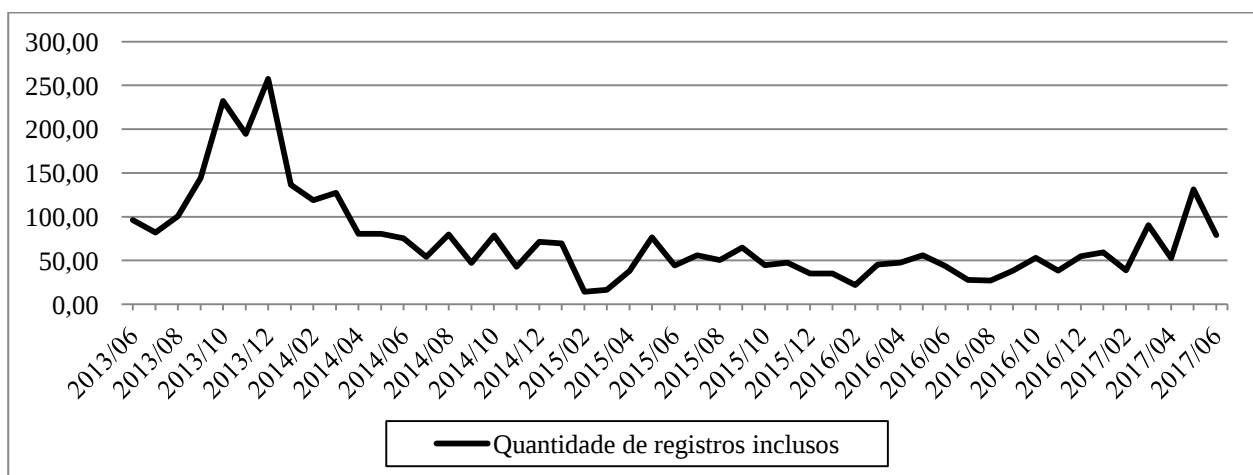


Figura 29: Quantidade de Registros Inclusos em Rondonópolis no período (Dez/2012 – Dez/2016) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).

Fonte: Calculado pelos autores com base nos dados fornecidos pela FACMAT.

4.3.4. Número de Embarques e Desembarques no Aeroporto

As Figuras abaixo apresentam a evolução do número de embarques e desembarques no Aeroporto do Município de Rondonópolis entre dezembro de 2009 e julho de 2017. Na figura a seguir, é possível observar a tendência de crescimento de embarques no segundo trimestre de 2017, em comparação com o primeiro trimestre de 2017 teve um incremento de 17,22% o na quantidade de embarques. No segundo trimestre de 2017, houve uma queda de 26,68% no número de embarques em Rondonópolis em relação ao mesmo período de 2016.

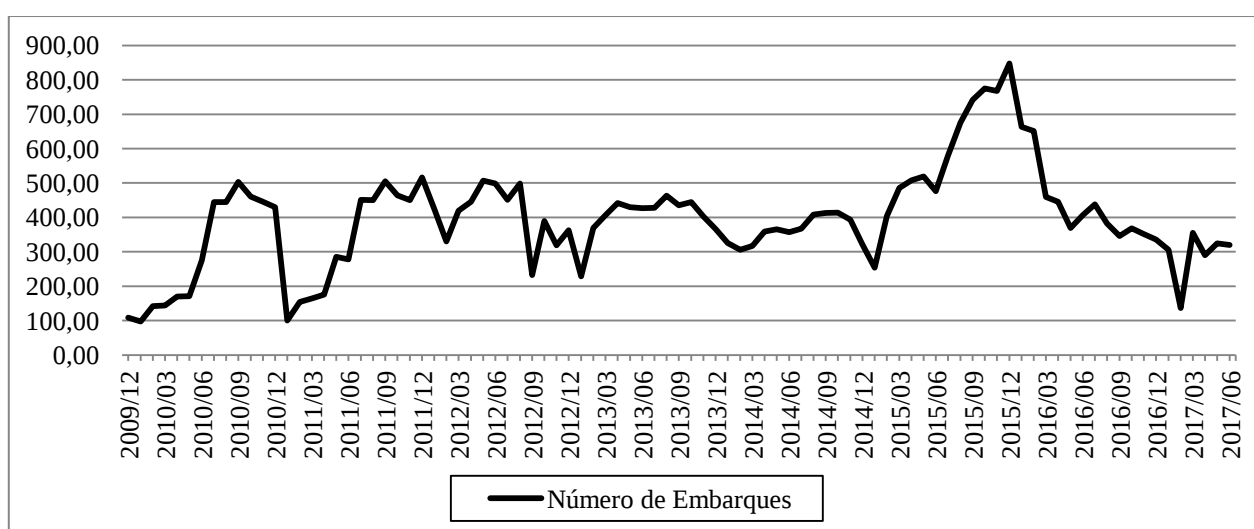


Figura 30: Número de Embarques no Aeroporto do Município de Rondonópolis no Decorrer do Período (Dez/2009 - Jun/2017) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).

Fonte: Calculado pelos autores com base nos dados fornecidos pelo Aeroporto de Rondonópolis.

Na figura a seguir, observa-se uma redução no número de desembarques de janeiro a junho do ano de 2017. Na comparação entre o segundo trimestre do ano de 2017 frente ao primeiro trimestre do mesmo ano, registrou-se um aumento de 15,83 % na quantidade de desembarques. Na comparação entre o segundo trimestre de 2017 e o mesmo período em 2016, nota-se uma retração de 25,63% nos desembarques.

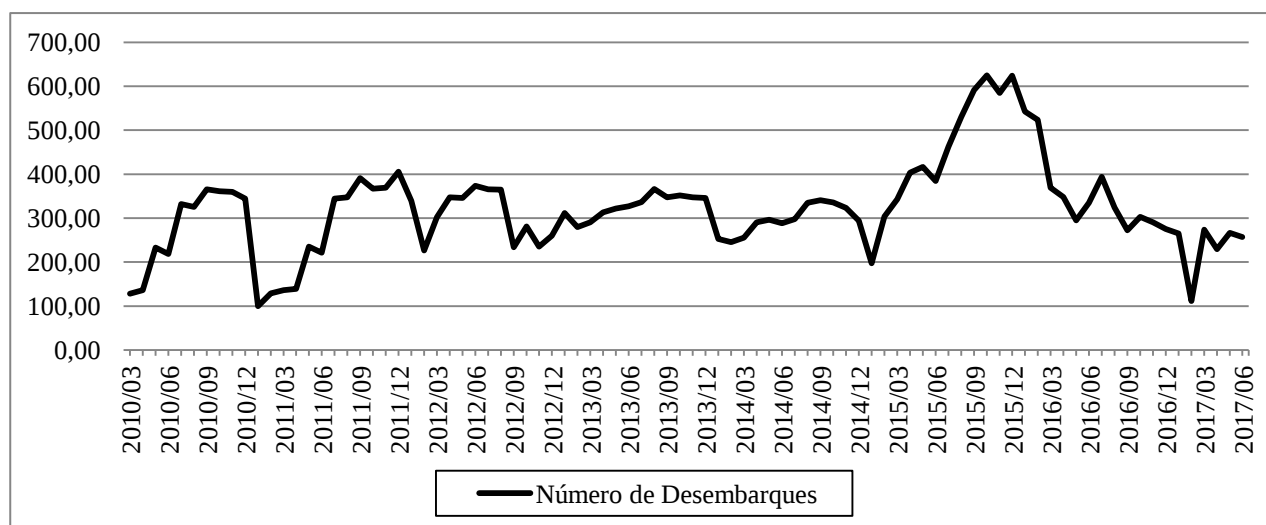


Figura 31: Número de Desembarques no Aeroporto do Município de Rondonópolis no Decorrer do Período (set/2009 - Mar/2017) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).

Fonte: Calculado pelos autores com base nos dados fornecidos pelo Aeroporto de Rondonópolis.

4.3.5. Frota de Veículos

A Figura 32 abaixo apresenta a evolução da frota de veículos entre setembro de 2010 a junho de 2017. Nota-se na figura, uma tendência linear de crescimento na frota de veículos. No segundo trimestre de 2017, a frota de veículos apresentou crescimento de 0,84% em comparação com o primeiro trimestre do ano de 2017. Na comparação do segundo trimestre de 2016 com o mesmo período de 2017, houve um crescimento de 3,53% na frota de veículos.

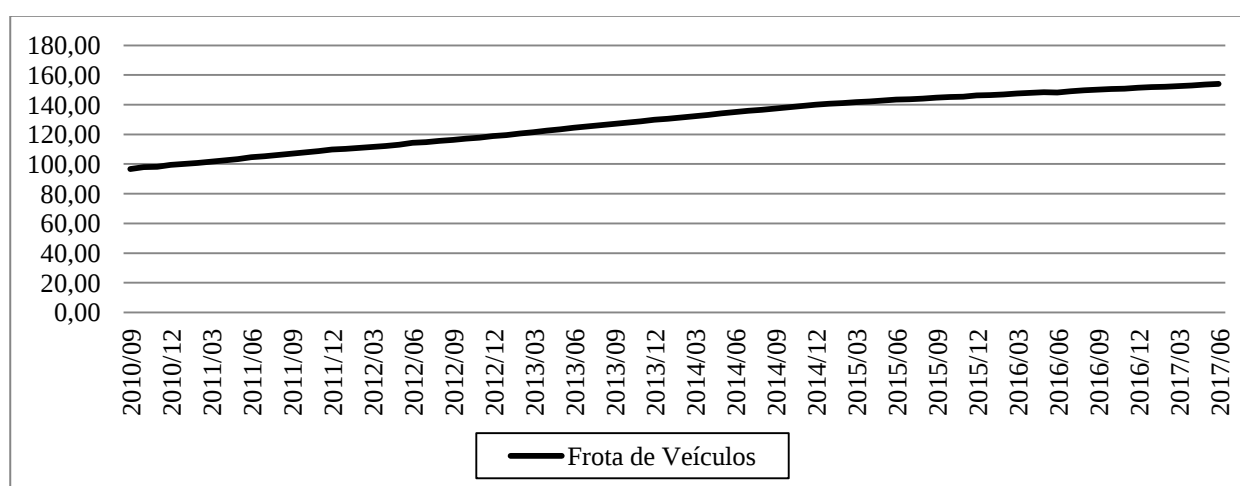


Figura 32: Evolução da Frota de Veículos ao Longo do Período (Set/2009 - Jun/2017) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).

Fonte: Calculado pelos autores com base nos dados fornecidos pelo RENAEST-MT.

4.3.6. Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis

A Figura 33 apresenta a evolução mensal da arrecadação do ITBI no município de Rondonópolis entre dezembro de 2009 e junho de 2017, ressaltando-se que os dados foram deflacionados. Em 2009, o valor médio do número-índice era de 76,75. Entre 2009 e 2010 houve o acréscimo de 17,6%, entretanto, a maior parte desse aumento se deve ao último trimestre de 2010. Entre 2010 e 2011, o aumento foi de 19,14% e entre 2011 e 2012 de 72,08%. A comparação entre o valor médio do ano de 2012 e o valor médio do ano de 2013 houve crescimento na arrecadação de 16,27%. Na comparação do valor médio anual de 2013 em relação ao valor médio anual de 2014, houve crescimento de 14,34% na arrecadação. O valor médio anual 2014 em relação ao valor médio anual 2015 houve uma queda de 31,60% na arrecadação. A variação entre o valor médio anual de 2016 frente ao valor registrado em 2015 observa-se uma evolução negativa de 7,17% no valor arrecadado. No segundo trimestre de 2017, o valor médio arrecadado é 15,79% maior, em comparação com o primeiro trimestre do ano. Tendo em vista, com o mesmo período em 2016, o valor arrecadado para o segundo trimestre desse ano teve um decréscimo de 5,86%.

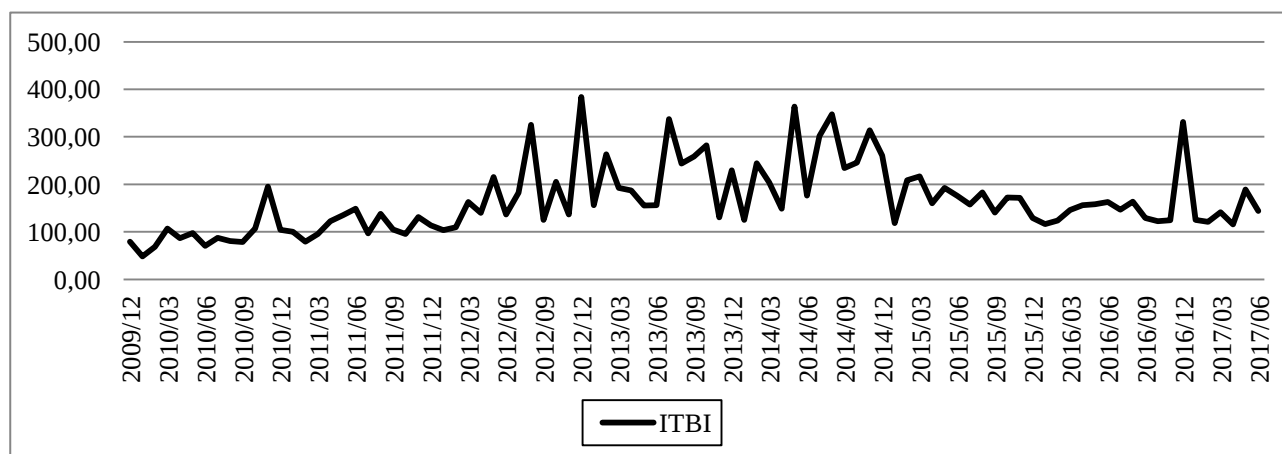


Figura 33: Arrecadação de ITBI (Dez/2009-Jun/2017) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).

Fonte: Calculado pelos autores com base nos dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Rondonópolis-MT.

4.3.7. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

A Figura 34 evidencia a evolução mensal da arrecadação deflacionada do ISSQN no município de Rondonópolis, entre dezembro de 2009 e junho de 2017. Vale notar que no período entre 2009 e o início de 2012 não houve grande variação na arrecadação. Entre 2010 e 2009 houve

novo aumento de 4,9%; entre 2011 e 2010 houve um ligeiro aumento de 0,45%. O aumento mais significativo, 40,24%, ocorreu entre 2011 e 2012. A comparação entre o valor médio do ano de 2012 frente ao ano de 2013 indica elevação de 10,90%. Na comparação do valor médio anual de 2013 em relação ao valor médio anual de 2014, houve crescimento de 6,95% na arrecadação. A comparação do valor médio anual 2014 em relação ao valor médio anual de 2015 registrou-se um aumento de 18,56% na arrecadação do imposto. Comparando o valor médio anual entre 2015 e 2016, verifica-se uma queda de 13,39% no valor arrecadado. No segundo trimestre de 2017, o valor médio arrecadado frente ao primeiro trimestre do ano teve um crescimento de 16,57%. Se comparado ao mesmo período de 2016, o segundo trimestre desse ano deve um aumento de 5,02%.

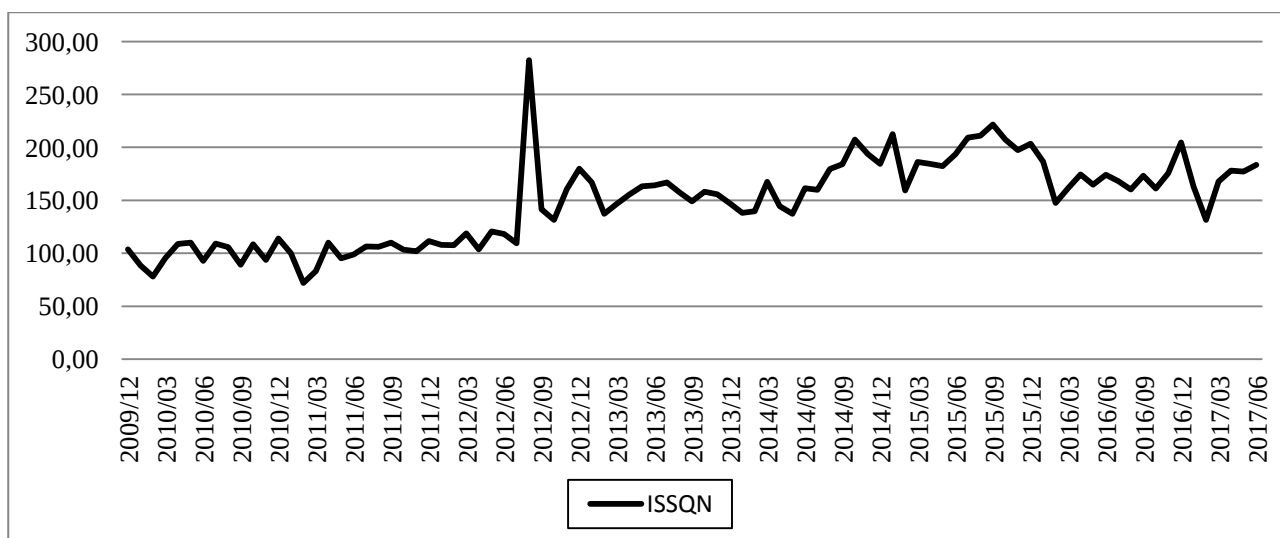


Figura 34: Evolução Mensal da Arrecadação do ISSQN no Município de Rondonópolis ao Longo do Período (Dez/2009-Jun/2017) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).

Fonte: Calculado pelos autores com base nos dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Rondonópolis.

4.3.8. Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços

A Figura 35 abaixo apresenta a evolução mensal da arrecadação deflacionada do ICMS no município de Rondonópolis entre dezembro de 2009 e junho de 2017. A partir de janeiro de 2009 estes dados apresentam-se bastante cíclicos. Entre 2007 e 2008 o valor médio do número-índice aumentou 22,75%; entre 2009 e 2008 houve um aumento de 21,83%; entre 2010 e 2009 houve um ligeiro aumento de 0,76%; entre 2011 e 2010 houve uma queda 8,74%. Entre 2011 e 2012 houve nova queda de 13,37%. A comparação entre o valor médio do ano de 2012 e o valor médio anual de 2013 mostra incremento real de 8,40%. Na comparação do valor médio anual de 2013 em relação



ao valor médio anual de 2014, houve queda de 5,33% na arrecadação. A comparação do valor médio anual de 2014 em relação ao valor médio de 2015 houve queda de 0,70%. A variação entre o valor médio anual de 2016 frente ao valor observado em 2015 registra-se um crescimento de 22,88% na arrecadação do referido tributo. No segundo trimestre de 2017, a arrecadação frente ao primeiro trimestre do ano, cresceu 4,82%. Em comparação, com o segundo trimestre de 2017 com o mesmo período de 2016, o valor médio arrecadado aumentou 4,35%.

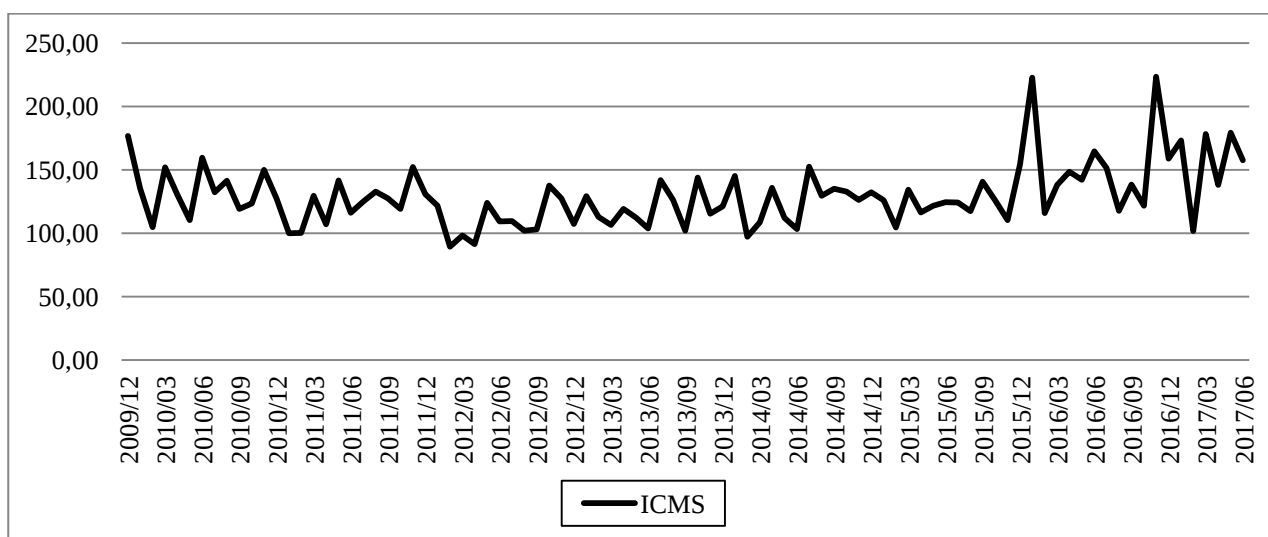


Figura 35: Evolução Mensal da Arrecadação do ICMS no Município de Rondonópolis ao Longo do Período (Dez/2009-Jun/2017) – Número-Índice (Mês de Referência: Jan/2011 = 100).

Fonte: Calculado pelos autores com base nos dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Rondonópolis.

4.3.9. Índice de Atividade Econômica de Rondonópolis – IAEROO²

O Índice de Atividade Econômica proposto para a cidade de Rondonópolis (IAERoo) segue os moldes do IAEMga – Índice de Atividade Econômica de Maringá. Esse índice baseia-se em aspectos relacionados à demanda. A premissa do índice é que variações na renda dos agentes econômicos (famílias, firmas e órgãos públicos) provoquem variações na demanda por bens e serviços. A vantagem desse índice é que com ele é possível analisar a atividade econômica municipal com maior rapidez. Apesar de existirem outros índices ou indicadores que tentam medir a atividade econômica, sua grande maioria apresenta uma defasagem temporal grande entre coleta, manipulação e publicação das estatísticas, o que torna difícil aferir rapidamente os rumos da atividade econômica.

² Para maior detalhamento acerca da metodologia de cálculo do IAEROO, ver Apêndice A.

Para calcular o índice de atividade econômica selecionaram-se variáveis que são correlacionadas com o nível de atividade econômica. As variáveis selecionadas encontram-se nos itens de 3.3.1 a 3.3.9 acima. Após a prospecção das variáveis, o segundo passo foi deflacionar as séries monetárias ITBI, ISSQN e ICMS³. Com essas séries já corrigidas do efeito da inflação, o próximo passo foi transformar as séries em números-índices. Somente após essa manipulação dos dados é que o índice pode ser calculado.

Para o cálculo do índice, utiliza-se uma técnica matemática conhecida como Método dos Componentes Principais. Por meio da utilização desse método, torna-se possível criar um índice composto e ponderado pelos indicadores (variáveis) analisados acima. Assim, as flutuações que ocorrem no IAERoo são originadas das flutuações ocorridas nas variáveis que compõem o índice. A influência de cada variável sobre o IAERoo é determinada através de seu peso.

A figura abaixo apresenta a evolução mensal do Índice de Atividade Econômica de Rondonópolis entre abril de 2011 e junho de 2017. No acumulado dos últimos doze meses do ano, de julho/2016 a junho/2017, a economia apresentou crescimento de 0,88 % no valor do indicador, em comparação com o período imediatamente anterior⁴. A comparação entre o segundo trimestre de 2017 e o segundo trimestre de 2016, a atividade econômica se manteve estável, pois o índice aumentou em 0,08%.



Figura 36: Índice de Atividade Econômica de Rondonópolis (IAEROO) no Período (Abr/2011 - Jun/2017) ⁵.

Fonte: Calculado pelos Autores.

³ Para deflacionar as séries foi utilizado o IGPM.

⁴ Deve-se ressaltar que esses são resultados preliminares.

⁵ A série de dados encontra-se no Apêndice B.



Desta forma, verifica-se que a economia municipal do primeiro semestre do ano de 2017 se manteve estável, entretanto vale destacar que a melhora gradual dos indicadores econômicos, como a desaceleração da inflação e a queda do desemprego, sinalizam que o município tende apresentar um melhor desempenho no segundo semestre. Abaixo está representado o comportamento das variáveis utilizadas no Índice de Atividade Econômica de Rondonópolis (IAEROO), tendo com período de avaliação, o segundo trimestre de 2017 frente ao trimestre anterior:

- i. ITBI – taxa de crescimento igual a 15,79 %.
- ii. ISSQN – taxa de crescimento igual a 16,57%.
- iii. ICMS – taxa de crescimento igual a 4,82 %.
- iv. Registro de Admissões – taxa de crescimento a -8,98%.
- v. Registro de Demissões – taxa de crescimento a -3,71%.
- vi. Primeiro Emplacamento – taxa de crescimento 16,12%.
- vii. Consumo de Água – taxa de crescimento igual a 1,12 %.
- viii. Consumo de Energia Elétrica (Residencial) - taxa de crescimento igual a 3,90%.
- ix. Consumo de Energia Elétrica (Industrial) - taxa de crescimento igual a 4,08%.
- x. Consumo de Energia Elétrica (Comercial) - taxa de crescimento igual a 10,89%.
- xi. Consumo de Energia Elétrica (Rural) - taxa de crescimento igual a 9,86%.

Deve ser ressaltado que o indicador apresenta forte componente sazonal, o que implica que análises de menor periodicidade devem incorporar esta característica das séries. Em função desta característica elaborou-se uma série com a média móvel de doze meses com o intuito de se retirar o efeito da sazonalidade do índice. A Figura 37 abaixo apresenta a evolução da média móvel para o período de abril de 2011 e junho de 2017. Verifica-se mais claramente que o índice da atividade econômica do município de Rondonópolis apresentou uma ligeira retração de 0,59% no segundo trimestre de 2017, em relação ao primeiro trimestre do mesmo ano. A comparação entre o primeiro semestre de 2017 e o segundo trimestre de 2016 registra-se um crescimento de 1,47%.

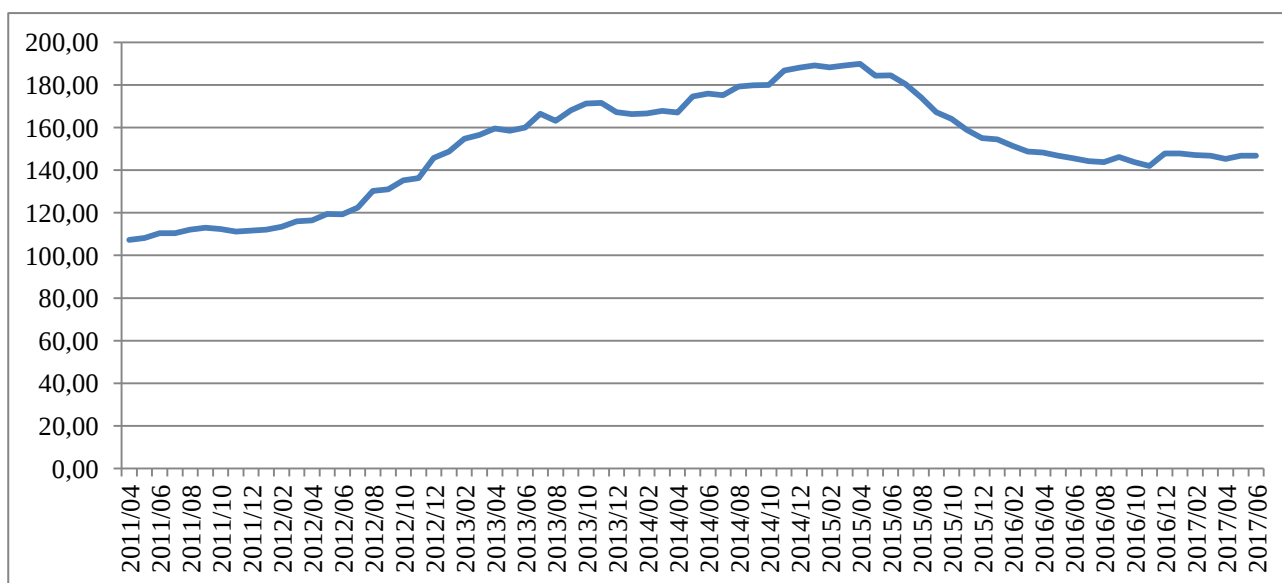


Figura 37: Média Móvel (12 meses) do Índice de Atividade Econômica de Rondonópolis (IAEROO) no Período (Abr/2011 - Jun/2017).

Fonte: Calculado pelos Autores



REFERÊNCIAS

ACIR – Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Rondonópolis. Disponível em: <<http://www.acirmt.com.br/>>.

AZZONI, C. R.; LATIF, Z. A. **Indicador de movimentação econômica – Imec/Fipe: aspectos metodológicos e relevância como indicador antecedente da atividade econômica**. SEMINARIO SOBRE INDICADORES LÍDERES Y ENCUESTAS DE EXPECTATIVAS. IPEA/CEPAL/OECD. Rio de Janeiro, 4-5 de dezembro de 2000.

BACEN – Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/>>. Acesso em: Várias datas.

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/caged/>>. Acesso em: Várias datas.

CEMAT – Centrais Elétricas Mato-grossenses S.A. Disponível em: <<http://www.cemat.com.br/>>.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/>>. Acesso em: Várias datas.

FAVA, V. L.; ALVES, D. C. O. **Indicador de movimentação econômica, Plano Real e análise de intervenção**. Revista Brasileira de Economia, v.51, n.1, jan./mar. 1997, p.133-43.

FMI – Fundo Monetário Internacional. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/index.htm>>. Acesso em: Várias datas.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Contas Regionais). Disponível em: <<http://ftp.ibge.gov.br>>. Acesso em: Várias datas.

IMEA – Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária. Disponível em: <<http://www.imea.com.br/>>. Acesso em: Várias datas.

KHAIR, Amir. **Dívida Líquida do Setor Público – Evolução e Perspectivas**. Instituto de Economia, 2006. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/akhairdividasetorpublico.pdf>>. Acesso em: 15 de agosto de 2013.

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://http://www.mdic.gov.br/sitio/>>. Acesso em: Várias datas.

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br/>>. Acesso em: Várias datas.

RFB – Receita Federal do Brasil. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: Várias datas.

Prefeitura Municipal de Rondonópolis – Disponível em: <<http://www.rondonopolis.mt.gov.br/>>.



RIBEIRO V. S. Elaboração de um Índice de Atividade Econômica: Município de Maringá. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia na área de Teoria Econômica (2003).

RIBEIRO, V. S.; DIAS, J. Índice de Atividade Econômica: Construção e Testes de Previsão dos Modelos de Filtro de Kalman e Box-Jenkins. Revista Economia, set/dez 2006.

SANEAR – Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis. Disponível em: <<http://www.sanearmt.com.br/site2013/>>.

SHARMA, Subhash. Applied multivariate techniques. John Wiley & Sons, 1996, p.58-89.

TESOURO NACIONAL. Glossário. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 18 de setembro de 2013.



APÊNDICES

APÊNDICE A - METODOLOGIA DE CÁLCULO DO ÍNDICE DE ATIVIDADE ECONÔMICA DE RONDONÓPOLIS – IAEROO

O Índice de Atividade Econômica de Rondonópolis baseia-se nos aspectos da demanda. Conforme Ribeiro e Dias (2006), esse tipo de índice de atividade econômica “pressupõe que os agentes econômicos respondem a variações na sua renda com variações na demanda por bens e serviços” (RIBEIRO e DIAS, 2006, p. 455). Além disso, a utilização desse indicador se justifica, pois o mesmo sinaliza “com maior rapidez o comportamento do nível de atividade econômica, por meio de um conjunto de variáveis com alta frequência de observação e fortemente correlacionadas com o nível de atividade da economia.” (FAVA & ALVES, 1997, p.133). Essas variáveis foram selecionadas levando em consideração o critério de que deverão estar correlacionadas com a atividade de demanda agregada local⁶.

Após a coleta dos dados, as séries de valores brutos foram transformadas em números índices simples com base 100 em janeiro de 2011. Esse procedimento deve ser realizado para que as informações se mantenham em sigilo. As séries em valores monetários foram deflacionadas através do índice de preços ao consumidor amplo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPCA-FIPE).

Após a transformação da série, podemos partir para a construção do índice propriamente dito. Como na construção do índice várias variáveis (séries de tempo) são levadas em consideração, o próximo passo é determinar os pesos para cada uma dessas variáveis na construção do índice.

A técnica utilizada para o cálculo do índice será a *Análise de Componentes Principais*. Segundo Sharma (1996, p.58) a análise de componentes principais é uma técnica que relaciona linearmente as variáveis analisadas com o intuito de formar novas variáveis. Baseado nessa técnica, o número máximo de novas variáveis que podem ser criadas é igual ao número de variáveis originais. Além disso, as novas variáveis não são correlacionadas entre si.

De acordo com Ribeiro (2003) a análise de componentes principais determina os pesos das variáveis através das variâncias. A ideia por trás dessa técnica é que as variáveis com maiores variâncias tenham maiores pesos e as variáveis com menores variâncias tenham menores pesos. Isso

⁶ O Índice de Atividade Econômica de Rondonópolis – IAERoo – é semelhante ao Índice de Atividade Econômica de Maringá – IAEMga, criado por Ribeiro e Dias (2006). Portanto, a metodologia utilizada nesse trabalho segue a metodologia de Ribeiro e Dias (2006).



porque, se uma variável varia pouco, ela não terá muita influência nas flutuações do índice, já que isoladamente ela não é capaz de captar muitas flutuações econômicas.

Sharma (1996, p. 66-7) formaliza a técnica de análise de componentes principais assumindo que existam p variáveis. Assim, é possível formar p combinações lineares, como mostrado abaixo:

$$\begin{aligned}\xi_1 &= w_{11}x_1 + w_{12}x_2 + \dots + w_{1p}x_p \\ \xi_2 &= w_{21}x_1 + w_{22}x_2 + \dots + w_{2p}x_p \\ &\vdots \\ \xi_p &= w_{p1}x_1 + w_{p2}x_2 + \dots + w_{pp}x_p\end{aligned}\quad (1)$$

em que, $\xi_1, \xi_2, \dots, \xi_p$ são os p componentes principais e w_{ij} são os pesos da j -ésima variável para a i -ésima componente principal. Além disso, a estimação dos pesos w_{ij} seguem os três critérios apresentados abaixo:

i) ξ_1 , ou seja, o primeiro componente principal, estima a variância máxima nos dados enquanto ξ_2 , ou seja, o segundo componente principal, estima a variância máxima que não foi computada pelo primeiro componente, e assim por diante.

$$\text{ii) } w_{i1}^2 + w_{i2}^2 + \dots + w_{ip}^2 = 1 \quad i = 1, \dots, p \quad (2)$$

$$\text{iii) } w_{i1}w_{j1} + w_{i2}w_{j2} + \dots + w_{ip}w_{jp} = 0 \quad \text{para todo } i \neq j \quad (3)$$

A equação (2) requer que a soma dos pesos ao quadrado seja igual a 1. Essa condição é utilizada para fixar a escala das novas variáveis. A equação (3) assegura a ortogonalidade das novas variáveis.

De acordo com Azzoni e Latif (2000, p. 9) é com base nos coeficientes w_{ij} e na porcentagem da variância total explicada pela componente principal que se definem os pesos de cada variável na construção do indicador. Se considerássemos, por exemplo, as duas primeiras componentes principais, teríamos:

$$IV_i = \frac{C_{i1}^2 \cdot P_1}{P_1 + P_2} + \frac{C_{i2}^2 \cdot P_2}{P_1 + P_2} \quad (5)$$

Neste caso, IV_i representa o peso da variável i no IAERoo; C_{ij} representa o coeficiente da variável i na componente j ; P_j representa a parcela da variância explicada pela componente j .

Assim, o cálculo do IAERoo é realizado como mostrado abaixo:

$$IAERoo = \sum IV_i * V_i \quad (6)$$



em que V_i é o número índice da variável i .

APÊNDICE B – ÍNDICE DE ATIVIDADE ECONÔMICA DE RONDONÓPOLIS (JAN./2012 – DEZ./2017)

Tabela 23: IAEROO (Jan/2012 - Jun/2017).

Período	IAEROO	Período	IAEROO	Período	IAEROO	Período	IAEROO	Período	IAEROO	Período	IAEROO
2012/01	106,03	2013/01	142,31	2014/01	131,24	2015/01	142,99	2016/01	136,06	2017/01	134,77
2012/02	106,95	2013/02	178,57	2014/02	181,81	2015/02	171,15	2016/02	134,88	2017/02	126,21
2012/03	134,17	2013/03	155,03	2014/03	169,98	2015/03	181,41	2016/03	148,20	2017/03	145,53
2012/04	121,20	2013/04	157,75	2014/04	148,36	2015/04	157,01	2016/04	151,99	2017/04	133,90
2012/05	155,69	2013/05	143,58	2014/05	233,64	2015/05	166,69	2016/05	148,10	2017/05	166,37
2012/06	123,36	2013/06	141,53	2014/06	158,54	2015/06	161,44	2016/06	147,71	2017/06	147,88
2012/07	140,96	2013/07	218,03	2014/07	208,87	2015/07	156,86	2016/07	140,97	2017/07	
2012/08	217,27	2013/08	177,71	2014/08	227,25	2015/08	153,63	2016/08	147,80	2017/08	
2012/09	121,38	2013/09	180,31	2014/09	187,26	2015/09	105,26	2016/09	134,25	2017/09	
2012/10	158,55	2013/10	197,25	2014/10	199,19	2015/10	161,44	2016/10	133,52	2017/10	
2012/11	133,13	2013/11	137,05	2014/11	217,87	2015/11	156,81	2016/11	134,70	2017/11	
2012/12	230,13	2013/12	177,11	2014/12	193,31	2015/12	145,87	2016/12	216,25	2017/12	